



MUNICÍPIO DE IBIRAREMA

Rua Alexandre Simões de Almeida, 367 | 19940-000 | IBIRAREMA (SP)
www.ibirarema.sp.gov.br | prefeito@ibirarema.sp.gov.br | (14) 3307.1422



GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.396, DE 31 DE MAIO DE 2021.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (PMSEA) DE IBIRAREMA.

O Prefeito do Município de Ibirarema, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibirarema aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei ratifica e aprova o **PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (PMSEA)** de Ibirarema, nos termos do anexo elaborado pela Empresa TÁCITO Consultoria Ambiental e Turística e aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), em 12 de abril de 2021.

Art. 2º Fica o município de Ibirarema autorizado a realizar os investimentos necessários para a execução do PMSEA.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Prefeitura do Município de Ibirarema, em 31 de maio de 2021.

JOSÉ BENEDITO CAMACHO

Prefeito de Ibirarema

Registrada nesta Secretaria Municipal na data supra, publicada e afixada na Portaria desta Prefeitura, em local visível e de costume, bem como publicada no Diário Oficial do Município de Ibirarema e disponibilizada no sítio www.ibirarema.sp.gov.br.

DIRCEU ALVES DA SILVA

Chefe de Gabinete



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (PMSEA) IBIRAREMA (SP)

ABRIL, 2021
Ibirarema (SP)





Entidades envolvidas

Município de IBIRAREMA (SP)

Rua Alexandre Simões de Almeida, 367

CEP 19940-000, IBIRAREMA – São Paulo

(14) 3307.1422 | www.ibirarema.sp.gov.br | prefeito@ibirarema.sp.gov.br

José Benedito Camacho – Prefeito

Departamento de Meio Ambiente (DMA)

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA)

R. Ver. Agnello Jacinto de Moraes, 207

CEP 19940-000, IBIRAREMA – São Paulo

(14) 99886.3659 | www.ibirarema.sp.gov.br | meioambiente@ibirarema.sp.gov.br

Roberto Leandro Camate – Diretor de Meio Ambiente

Presidente do CONDEMA

Coordenador de Proteção e Defesa Civil

TÁCITO Consultoria Ambiental e Turística

Rua Júlia Bertioti, 163

CEP 19880-530, Cândido Mota – São Paulo

(18) 99744.1452 | allantacito.wixsite.com/consultoria | tacitoconsultoria@gmail.com

CRA-SP 023.016 | IBAMA-CTF 7377813 | CNPJ CADASTUR 26.073820.75.0001-9

Adm. Allan Oliveira Tácito –

Administrador de Cidades

Especialista em Gestão Ambiental

Especialista em Gestão Municipal de Recursos Hídricos

Gestor de Turismo

CRA-SP 148.327

IBAMA-CTF 5672771



CRA-SP

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO





SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 04 |
| 2. CONTEXTUALIZAÇÃO | 05 |
| 3. DESAFIOS | 09 |
| 4. OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PMSEA | 14 |
| 5. METAS | 15 |
| 6. MARCO SITUACIONAL – INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) | 45 |
| 7. INDICADORES DE MONITORAMENTO | 56 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 70 |



1. INTRODUÇÃO

A alimentação constitui-se em direitos humanos essenciais. Se insere no âmbito dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O Brasil e outros países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) têm assumido o compromisso em erradicar a fome e assegurar o direito ao acesso à alimentação.

No cenário político mundial, a ideia de segurança alimentar e nutricional ganha relevo e importância crescentes diante de reflexões e experiências a respeito da questão alimentar. Esta abordagem conceitual, construída ao longo de décadas pela comunidade internacional, está fundamentada em uma visão sistêmica dos processos que incluem desde a produção agrícola, mecanismos de distribuição e comercialização, até o consumo final de alimentos.

Diversos países e organismos internacionais, por meio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), reconhecem a segurança alimentar e nutricional como uma dimensão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Constitui-se, assim, no direito elementar à vida.

Todo cidadão deve ter o acesso regular e permanente à alimentação diversificada e de qualidade. E a produção de alimentos necessita estar alicerçada em atividades que respeitem a preservação da biodiversidade, as culturas e as especificidades dos sistemas agroalimentares locais. As políticas públicas no campo da alimentação e agricultura são um dos pilares de promoção e garantia desses direitos.

Atualmente, a noção de segurança alimentar e nutricional se faz presente na agenda política internacional permeando as metas de desenvolvimento a serem alcançadas até 2030 pelos países signatários dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, os 17 objetivos e 169 metas dos ODS incluem quatro dimensões: ambiental, econômica, institucional e social, e estão diretamente conectadas com a superação da fome e melhoria do acesso e qualidade dos alimentos no mundo.

Assim, o município de Ibirarema (SP), por meio do Departamento de Meio Ambiente (DMA) e da empresa TÁCITO Consultoria Ambiental e Turística, juntamente com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) apresentam este trabalho cujo objetivo é oferecer informações e subsídios que possam orientar os diálogos entre poder público, setores empresariais e sociedade civil durante a construção de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional no município de IBIRAREMA (SP).



2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo a Lei Federal nº 11.346/2006, a **segurança alimentar e nutricional (SAN)** *consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.*

2.1. Cenário das políticas de SAN executadas no estado de São Paulo

O estado de São Paulo não tem ainda um marco legal que institucionalize sua Política de SAN, mas tem muitos programas e ações relacionados às diretrizes da Política Nacional de SAN (Decreto Federal nº 7.272/2010). Mesmo que os princípios institucionais da Política Nacional de SAN não se mostrem expressos nos documentos das políticas setoriais do estado, ao longo do tempo, de forma espontânea, algumas ações tem a perspectiva de intersetorialidade, como foi o caso do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS) e do Programa Viva Leite que, entre outros, articularam mais de uma secretaria para o seu planejamento e execução.

O PLANASAN/SP surgiu da vontade do povo e do esforço dos gestores para que esses anseios se concretizem, mas aos poucos foi revelando que esse esforço coletivo veio cobrir uma lacuna já percebida pelos técnicos envolvidos nas ações de políticas públicas, naturalmente intersetoriais. Não é preciso muito esforço para evidenciar a natureza intersetorial e participativa das políticas públicas.

2.2. Programas estaduais relacionados às diretrizes da Política Nacional de SAN

Num levantamento realizado pela secretaria executiva ao CONSEA/SP, foram identificados, entre outros, 13 programas relacionados com as diretrizes da Política Nacional de SAN, conforme segue:

1. **Programa Água Limpa** – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) – objetiva a universalização do saneamento e implantar sistemas de tratamento de esgotos, preferencialmente por lagoas de estabilização.
2. **Projeto Bompreço do Agricultor Paulista** – Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) – facilitar o escoamento da produção, viabilizando a comercialização direta dos produtos oriundos da agricultura familiar ao consumidor final.
3. **Programa Estadual Cozinhamento** – SAA – promove a instalação de cozinhas piloto experimentais nos municípios paulistas.
4. **Projeto Horta Educativa** – SAA, Fundo Social de São Paulo (FUSSP) e Secretaria da Educação (SEE) – busca integrar os pais para incentivar toda a família a adotar hábitos saudáveis de alimentação. O curso propicia aulas teóricas e práticas sobre o preparo do espaço onde a horta será instalada, além de palestras com nutricionistas e engenheiros, que focam a importância de uma alimentação saudável. As instituições recebem material pedagógico com manuais de instruções e atividades interativas para os pais, crianças, coordenadores e cuidadores da horta e dois kits de sementes orgânicas que são plantados pelas crianças. Nas hortas educativas, os alunos cultivam alface, rabanete, rúcula, chicória, couve, salsa, abobrinha, abóbora, beterraba, cenoura e cebolinha. Além de fazer a colheita, realizam atividades para o preparo de receitas com os alimentos.
5. **Programa Integra São Paulo** – SAA por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) – objetiva aplicar conceitos estratégicos e dinâmicos de sustentabilidade dos sistemas de produção e conservação do meio ambiente, e viabilizar ações de operacionalidade para, além da oferta dos sistemas



- vigentes, aliar o conhecimento de novos modelos com tecnologia de última geração produzidos para atender o setor agrícola.
6. **Programa Mais Leite, Mais Renda** – SAA – objetivo de coordenar a cadeia produtiva do leite, aumentando a produtividade e a qualidade da produção para dois bilhões de litros por ano nos próximos dez anos. A iniciativa visa atender às demandas de um rebanho de cerca de um milhão de cabeças que já é voltado exclusivamente à pecuária de leite; e de 4,5 milhões de gado misto, destinado tanto à produção de leite quanto ao abate, sendo que este último está localizado principalmente em pequenas propriedades de produtores familiares.
 7. **Programa Microbacias** – Governo do Estado e o Banco Mundial, executado pela SAA, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) – possibilita o investimento de recursos em incentivos para que os agricultores paulistas adotem práticas conservacionistas e tenham uma produção ecologicamente adequada, bem como favorece por meio de capacitação, organização rural e difusão de alternativas à geração de renda e emprego no meio rural.
 8. **Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS)** – Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC) e SAA – objetivo de fortalecer a agricultura familiar e pesca artesanal por meio de política de compra do Estado, na qual os órgãos governamentais devem empregar, no mínimo, 30% dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, para hospitais públicos, presídios, escolas públicas, instituições de amparo social e outras entidades, na compra direta, mediante chamada pública, da produção da agricultura familiar.
 9. **Programa Bom Prato** – Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) – objetiva oferecer, à população de baixa renda, refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível, R\$ 1,00, além de desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) à população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Atualmente o estado de São Paulo possui 59 unidades em funcionamento, com atendimento de segunda a sexta-feira. Por dia são servidos em torno de 100 mil refeições, entre cafés da manhã e almoços.
 10. **Programa de Sanidade em Agricultura Familiar (PROSAF)** – SAA em parceria com as cooperativas e associações de produtores – objetivo de transferir conhecimento e gerar tecnologias nas áreas de sanidade animal, vegetal e ambiental. Desde 2009, o programa orientou mais de 1.500 produtores rurais.
 11. **Programa Uso Racional da Água** – SIMA – objetiva aumentar a disponibilidade hídrica e a vida útil dos mananciais e aliar as mudanças comportamentais e tecnologia para combater o desperdício de água mediante o uso racional da água.
 12. **Programa de Uso Racional da Água (PURA)** – SEE – objetivo de aprimorar o gasto de água nas escolas estaduais por meio de ações tecnológicas e medidas de conscientização dos pais, alunos e professores.
 13. **Programa Viva Leite** – SEDS – programa social de distribuição gratuita de leite fluído, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3%, enriquecido com ferro e Vitaminas A e D; com objetivo de oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às pessoas de baixa renda, além de gerar de forma indireta, novos empregos no campo. O Programa é destinado a crianças (seis meses a cinco anos e 11 meses) e idosos que receba renda mensal de até ¼ de salário mínimo per capita.
 14. **Programa Agita São Paulo** – Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS) em conjunto com a Secretaria da Saúde (SS). O corpo de assessores científicos e técnicos recebe a colaboração permanente do grupo de especialistas nacionais e internacionais, o Comitê Científico. As ações são programadas por um Comitê Executivo (Colegiado) que se reúne uma vez por mês, de fevereiro a dezembro. Este colegiado é composto por instituições governamentais, não-governamentais e



empresas privadas, realizando ações na comunidade em três focos especiais: escolares, trabalhadores e idosos.

15. **Programa Banco do Povo Paulista (BPP)** – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) em parceria com as prefeituras – sua finalidade é conceder empréstimos de pequeno valor a empreendedores formais e informais, geralmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional, com o objetivo de gerar emprego e renda através do desenvolvimento de pequenos empreendimentos.
16. **Programa Trabalho Decente** – SERT em parceria com outros órgãos que desenvolvem ações e políticas públicas concernentes ao trabalho decente – seus eixos principais são a promoção dos direitos fundamentais, a geração de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e a promoção do diálogo, do desenvolvimento sustentável e da certificação em boas práticas de trabalho decente.
17. **Programa Nascentes** – que envolve 12 secretarias de estado, otimiza e direciona investimentos públicos e privados para compensação de emissões de carbono ou redução da pegada hídrica, ou ainda para implantação de projetos de restauração voluntários. A atuação do Programa Nascentes relaciona-se com quatro DDS:
 - DDS 6** – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
 - DDS 13** – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
 - DDS 15** – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
 - DDS 17** – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
18. **Programa Município VerdeAzul (PMVA)** – SIMA – tem o objetivo de estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. As ações propostas pelo PMVA compõem as dez diretrizes norteadoras da agenda ambiental local, abrangendo os seguintes temas estratégicos: Município Sustentável, Estrutura e Educação Ambiental, Conselho Ambiental, Biodiversidade, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Uso do Solo, Arborização Urbana, Esgoto Tratado e Resíduos Sólidos.
19. **Programa Cidadania no Campo 2030 – Município Agro (PCC-MA)** – SAA – tem o objetivo promover o desenvolvimento do Estado de São Paulo por meio do agronegócio e tem como missão levar os serviços e as estruturas das cidades para toda a área rural, abrangendo os seguintes temas estratégicos: Estrutura Institucional, Infraestrutura Rural, Produção e Consumo Sustentável, Defesa Agropecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar, Fortalecimento Social do Campo, Solo e Água, Biodiversidade, Resiliência, Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e Interação Campo-Cidade.

2.3. Ações relacionados às diretrizes da Política Nacional de SAN

Foram, também, identificadas pela secretaria-executiva do CONSEA/SP seis ações de grande relevância relacionadas às diretrizes da Política Nacional de SAN.

1. **Assistência técnica e extensão rural** – SAA/CDRS – oferece assistência técnica e extensão rural, incluindo capacitação e orientação aos produtores rurais e agricultores familiares para acessarem as políticas públicas destinadas ao agricultor familiar, bem como compras públicas e demais informações e apoio para facilitar o acesso às linhas de crédito disponíveis pelo Governo Estadual, incentivando a organização rural, a produção planejada e a agregação de valor.



2. **Cursos e palestras nas áreas de nutrição, economia doméstica e geração de renda** – Centro de Segurança Alimentar e Nutricional (CESANS) da SAA – atuação na orientação e conscientização das pessoas sobre a necessidade de uma alimentação balanceada e saudável, oferecendo cursos e palestras nas áreas de nutrição, economia doméstica e geração de renda. O atendimento é realizado para entidades sociais, empresas, escolas e prefeituras.
3. **Feira orgânica do Jabaquara** – SAA – feira orgânica no espaço da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento ao lado do Terminal Jabaquara do Metrô, em São Paulo, todas as sextas-feiras. Além de ser para os agricultores familiares mais um espaço para comercialização de seus produtos, a feira atende à crescente demanda por uma alimentação livre de agroquímicos.
4. **Identificação e regularização fundiária das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos** – Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) da SJC – promove essas ações que estão associadas a um efetivo programa de apoio ao desenvolvimento socioeconômico desses locais, para que essa população tenha maior qualidade de vida, sem a descaracterização de suas tradições culturais.
5. **Livros de receitas saudáveis** – SAA por meio do CESANS – publicações de livros e manuais, visando a promoção da SAN, proporcionando fácil acesso a informações. O CESANS, da Codeagro, atua na orientação e conscientização sobre a necessidade de uma alimentação equilibrada, visando colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população. São 22 publicações com download gratuito que demonstram e problematizam temas importantes de SAN para a população. Trazem orientações sobre o aproveitamento integral dos alimentos, considera também as propriedades nutricionais de folhas, talos, cascas, entrecascas e sementes.
6. **Sistema de editais da SAA por meio do Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA)** – ferramenta eletrônica de apoio à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que o ICA coloca à disposição das Prefeituras Municipais, com o objetivo de agilizar e dinamizar a administração do referido Programa por parte da municipalidade.
7. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II** – Acesso ao mercado é uma ação do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da CDRS e pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais. É realizado com recursos provenientes do Governo do Estado de São Paulo, e do acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial e com contrapartida de Prefeituras e organizações formais de produtores rurais e comunidades tradicionais.
8. **Capacitações da Rede de ATER** – SIMA e SAA – para promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e fortalecer e estimular a transição os sistemas de produção agroecológicos no estado de São Paulo.
9. **Protocolo de Transição Agroecológica** – SIMA, SAA e parceria com a sociedade civil – tem como objetivo promover a cooperação técnica e institucional entre as partes, de forma a viabilizar ações voltadas ao estímulo à transição agroecológica e à produção orgânica nas propriedades rurais, urbanas e periurbanas do estado de São Paulo, com vistas a promover o uso sustentável dos recursos naturais e incrementar a produção, a oferta e o consumo de alimentos saudáveis.



3. DESAFIOS

Os desafios podem ser tomados como macro objetivos que no seu conjunto dão conta de todas as dimensões da SAN no que diz respeito ao acesso ao alimento, à água e ao trabalho que garanta o sustento; a disponibilidade de alimentos que envolve todos os processos da cadeia alimentar, os quais sejam convergentes com sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos.

Também dizem respeito as especificidades dos grupos populacionais e à governança do SISAN. Seguindo o Plano Nacional, elencamos a seguir os nove desafios e as diretrizes e temas correspondentes.

DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. *Diretriz correspondente: 1.*

Temas: Transferência de renda; alimentação escolar; distribuição de alimentos.

DESAFIO 2. Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural. *Diretrizes correspondentes: 1, 2, 4, 5 e 6.*

Temas: insegurança alimentar e nutricional; inclusão produtiva rural; acesso à terra e gestão territorial; biodiversidade; acesso a políticas públicas.

MACRO DESAFIO: Promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Desafios: o conjunto dos desafios 3, 4 e 5 contemplam este macro desafio.

DESAFIO 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica. *Diretriz correspondente: 2.*

Temas: fortalecimento da agricultura familiar; reforma agrária; transição agroecológica; mulheres; juventude; sementes; mudanças climáticas.

DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável. *Diretriz correspondente: 2.*

Temas: Compras públicas; abastecimento; legislação sanitária; economia solidária; perdas e desperdícios de alimentos; equipamentos públicos de SAN; agricultura urbana.

DESAFIO 5. Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias. *Diretriz correspondente: 3 e 5.*

Temas: Promoção da alimentação saudável; promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; ações regulatórias; controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos.

DESAFIO 6. Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação. *Diretriz correspondente: 5.*

Temas: Desnutrição; excesso de peso e obesidade; doenças e agravos relacionados à má nutrição.

DESAFIO 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural. *Diretriz correspondente: 6.*

Temas: Água para consumo humano; Água para a produção de alimentos; Recursos hídricos; Saneamento básico rural.



DESAFIO 8. Consolidar a implementação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social. *Diretrizes correspondentes: 3 e 8 (envolve ainda as diretrizes da LDSAN).*

Temas: Intersetorialidade nas ações federativas; Participação social; Gestão e financiamento do Sistema; Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA; Exigibilidade e monitoramento do DHAA.

DESAFIO 9. Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional. *Diretriz correspondente: 7.*

Temas: Governança global; cooperação internacional; participação da sociedade civil.

3.1. Propostas do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA)

O CONDEMA desenvolveu debates o que proporcionou debates que foram organizados a partir dos nove desafios apontados no Plano Nacional 2016-2019.

Os quadros seguintes ilustram, de forma resumida, os relatos sobre condições identificadas nas proposições. Esse conteúdo foi utilizado pela equipe como subsídio para elaboração do PMSEA:

DESAFIO 1: Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Propostas

Ampliar as apólicas públicas de acesso ao alimento às pessoas em situação de rua, nas quais se deve levar em conta a inclusão dos beneficiários em programas socioeducativos e de geração de renda com ênfase na SAN;

Criar programa para implantação de unidades de arrecadação, processamento, distribuição e comercialização a custo acessível de alimentos de âmbito regional, visando a população em situação de vulnerabilidade social e nutricional;

DESAFIO 2: Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

Propostas

Ampliar o acesso das comunidades tradicionais aos programas e políticas de alimentação e nutrição;

Respeito à cultura alimentar, que vem sendo violada, quando o pessoal de matriz africana não tem os direitos garantidos, quando os indígenas e quilombolas não têm direito as terras;

Regularização de áreas em terras devolutas no Estado de São Paulo, promover o ordenamento fundiário, a democratização do acesso à terra, e o desenvolvimento rural sustentável;

Fortalecer a metodologia de agroecologia, que trata a terra e o solo, como centros e pilares da segurança alimentar e soberania e de fortalecimento da cultura local;



DESAFIO 3: Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Propostas

Valorizar e proteger territórios da agricultura familiar e camponesa;

Fortalecer o desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia e a produção orgânica;

Promover a capacitação e assistência técnica de base agroecológica permanente e garantia mercado e preços justos aos produtores de alimentos;

DESAFIO 4: Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Propostas

Auxiliar produtores e prefeituras na elaboração de editais, na formulação de dados e compilação de informações para aquisição dos produtos da agricultura familiar, priorizando principalmente o pequeno produtor, aquele que não tem acesso direto ao mercado;

Enfrentar a queda de orçamento para o PAA diante do número reduzidos de associações e cooperativas contempladas. O desafio é buscar mais orçamento e mostrar para o governos federal e estadual a necessidade de recursos;

Sobre a dificuldade de acesso ao mercado de compra por parte dos agricultores é importante a organização institucional para acessar incentivo e aporte financeiro. É preciso buscar qualificação e capacitação;

DESAFIO 5: Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

Propostas

Discutir o valor social dos alimentos, enquanto mecanismo de soberania alimentar em fóruns e espaços públicos;

Refletir sobre: o valor nutricional dos alimentos; a disponibilidade de tempo para comprar alimentos e preparar refeições; os comportamentos alimentares; disponibilidade de locais para aquisição de produtos de qualidade;

Aprimorar o desenvolvimento das ações educativas de alimentação e nutrição e segurança alimentar na rede pública de ensino;

Melhorar a rotulagem dos alimentos, combater a falta de informação e enfrentar a dificuldade em compreender os dados nutricionais dos rótulos dos alimentos, com aumento da letra, utilização de linguagem acessível, diminuir a poluição visual, em destaque aos alimentos industrializados que contêm açúcar. Aprimorar e ampliar o projeto Rotulagem Adequada – IDEC;

Coibir a propaganda de alimentos dirigida à crianças e adolescentes e compreender que todas são abusivas para o público infante-juvenil;

Manter e ampliar medidas fiscalizatórias e de regulamentação da propaganda de alimentos, com destaque ao açúcar e sódio;

Atualização e ampliar os materiais educativos de EAN para públicos específicos associados a estratégias educacionais presenciais e em modo virtual;



Na rede pública de ensino – desafios específicos:

- *Levar a alimentação de qualidade para uma rede tão complexa com segurança alimentar;*
- *Garantir o respeito à diversidade cultural do estado de São Paulo;*
- *Compras da agricultura familiar para a alimentação escolar => fortalecimento e seriedade nos processos licitatórios;*
- *Aprimorar projetos de EAN na rede pública de ensino: Cozinheiros da Educação (educação permanente com cozinheiros escolares para priorizar a segurança e soberania alimentar e nutricional); Saúde do Coração na Escola (formação de multiplicadores – docentes e discentes – para promover alimentação saudável);*
- *Projeto Cantina Legal (envolver as Associações de Pais e Mestres);*
- *Hortas nas escolas como estratégia educativa e de produção local de alimentos;*

DESAFIO 6: Controlar e prevenir agravos decorrentes da má nutrição

Propostas

Ações para prevenir a desnutrição infantil e de idosos e impedir o desmonte de programas que tiraram o Brasil do Mapa da Fome, que hoje está em retrocesso, inclusive com o aumento da mortalidade infantil;

Manutenção e ampliação do Programa Bolsa Família e outros programas que colaboram com a prevenção da desnutrição;

Manutenção e ampliação das ações, programas e estratégias de incentivo ao aleitamento materno e alimentação de transição (estratégia amamenta e alimenta Brasil);

Manutenção e ampliação da estratégia de suplementação da Vitamina A e Ferro para prevenção de anemia e hipovitaminose (Programa NutriSUS);

Manutenção e atualização do Plano de Ações com estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas-não transmissíveis, com destaque à obesidade e às ações integradas que vai desde hortas comunitárias até o planejamento das cidades com áreas de lazer, mobilidade e de condições para alimentação nos ambientes de trabalho;

Desenvolvimento de estratégias para implementar linhas de cuidado para obesidade para o atendimento integrado e integral de diferentes problemas de saúde vinculados ao excesso de peso;

Garantir recursos financeiros e tecnológicos para a realização de pesquisas periódicas para diagnóstico nutricional da população e monitoramento do estado nutricional e consumo de alimentos, com destaque à operacionalização do SISVAN e utilização de seus relatórios para avaliação das ações e da política de SAN;

Ampliar o número de nutricionistas para atuar nos Núcleos de Saúde da Família (NASF) e apoiar unidade básicas de saúde para o desenvolvimento do cuidado e das ações de enfrentamento das doenças decorrentes da má alimentação em especial, a obesidade e desnutrição infantil;

DESAFIO 7: Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

Propostas

Elaboração de legislação sobre reuso e reciclagem de água para evitar o desperdício, unindo o meio ambiente sustentável;



Integrar e convergir programas existentes no Estado que promovem o acesso à água e articulação com os planos nacionais;

Conscientização ambiental sobre os efeitos de uma agricultura sem compromissos que inviabilizam o trabalho social com compensação na distribuição desta água. Os produtores precisam ter ações menos impactantes para o meio ambiente;

Por fim ao círculo vicioso que promove a degradação dos recursos naturais, empobrece o pequeno produtor e causa a baixa rentabilidade das explorações. Há necessidade de programas com incentivos aos agricultores com doação de mudas e espécies nativas, controle de voçorocas, recuperação de trechos críticos de estradas rurais até equipamentos comunitários para a execução de uma determinada política pública diagnóstica comunitária;

DESAFIO 8: Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

Propostas

Criar estratégia de articulação nos diferentes níveis e setores do governo do estado de São Paulo e do município de Ibirarema, para que as ações intersetoriais de fato se efetivem com uma CAISAN ativa, com competência para criação da política e elaboração e implementação do plano municipal;

Garantir mecanismos para a eficiência da comunicação, da formação política e da educação continuada envolvendo todo o sistema (CAISAN, CONSEA Estadual e Municipal, CRSANS);

Fortalecer mecanismos que garantam a criação e funcionamento dos COMSEAS em todas as municípios do estado de São Paulo, bem como ampliar o número de CRSANS que atendam regiões identitárias, considerando realidades socioeconômicas, agrícolas, políticas e geográficas que funcionem como instâncias de monitoramento da DHAA;

Garantir o funcionamento da comissão de monitoramento das políticas públicas de SAN, promovendo sua ampla discussão e publicização junto à sociedade civil, em parceria com as Universidades, com o propósito de monitorar e orientar a execução das políticas públicas de SAN;

Garantir a atuação dos fóruns intermunicipais, intersecretariais, bem como, os fóruns bi e tripartites (município, estado e união) de segurança alimentar e nutricional, garantida a presença dos conselhos em sua composição como forma de consolidar a participação popular e controle social;

O COMSEA deverá desenvolver e implantar programa de formação e capacitação permanente e obrigatório a todos os conselheiros, gestores e lideranças comunitárias para execução do SISAN;

Fortalecer a articulação dos diferentes sistemas de políticas públicas;



4. OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PMSEA

De acordo com a análise do diagnóstico e as oficinas realizadas, e seguindo o Decreto Federal nº 7.272/2010 (art. 19), o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PMSEA), foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- I. conter análise da situação de segurança alimentar e nutricional;
- II. ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;
- III. consolidar os programas e ações relacionados às diretrizes designadas nas diretrizes e indicar as prioridades, metas e requisitos orçamentários para a sua execução;
- IV. explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades municipais e os mecanismos de integração e coordenação com os sistemas setoriais de políticas públicas;
- V. incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e equidade de gênero; e
- VI. definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

Conforme a Lei Federal nº 11.346/2006, as diretrizes a serem atingidas neste plano são:

Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Diretriz 2 – Promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA.

Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, conforme trata o Decreto Federal nº 6.040/2007.

Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN.

Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.

Diretriz 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, SAN e DHAA em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e nas diretrizes da Lei Federal nº 11.346/2006.

Diretriz 8 – Monitoramento da realização do DHAA.



5. METAS

Diante disso, e dentro da realidade do município de Ibirarema (SP), segue as metas definidas pelo PMSEA observando os objetivos específicos, metas, responsáveis técnicos e orçamentários, ações relacionadas, parceiros e código do PPA correspondente (programa e ação), a ser atualizado periodicamente:

DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

O acesso ao alimento encontra-se atrelado à garantia dos direitos humanos e à proteção social. Cabe ao Estado respeitar, defender, promover e prover esse direito. A pobreza está diretamente associada à insegurança alimentar. São Paulo, relativamente aos outros estados, encontra-se em situação privilegiada quanto à riqueza, mas tem suas contradições. Preocupa a segurança alimentar para o contingente de pessoas morando nas ruas. A garantia de preços acessíveis para os alimentos, em especial do preço e acesso à comida para quem fica fora de casa trabalhando nos centros urbanos também é motivo de atenção. Lembrando que a população do Estado está majoritariamente nas cidades. O emprego e a renda para garantia ao acesso universal ao alimento também se fazem presentes como demandas para a agenda de SAN. Os restaurantes populares e o programa de alimentação escolar são formas de garantir o acesso ao alimento. Espera-se que esses benefícios sejam preservados e aprimorados nas ações de SAN Municipal.

| DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional | | | | | | |
|---|---|-------------------------------------|---------------------------------|---|--|--|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 1.1 Ampliar as políticas públicas de acesso ao alimento às pessoas em situação de rua em centros urbanos e grupos populacionais em vulnerabilidade social em regiões rurais e urbanas | 1.1.1 Garantir o acesso para beneficiários em situação de vulnerabilidade social e fome em programas socioeducativos para população urbana e rural | Assistência Social Meio Ambiente | | 1.1.1 Incentivo de estudos da situação de insegurança alimentar e nutricional e impacto de programas socioeducativos e socioassistenciais nas populações atendidas | | |
| | 1.1.2 Criar um programa de incentivo para criação de cooperativas de geração de renda com a produção artesanal de alimentos saudáveis, baseado nos princípios da economia solidária | | | 1.1.2 Incentivo nos equipamentos públicos e conselhos das políticas de SAN às ações de fortalecimento da produção doméstica de alimentos com identidade cultural. As licitações municipais poderão ser inseridos itens ou propostas | Administração Meio Ambiente Assistência Social | |



| | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|--|
| | | | | relativas a Política Pública em destaque de modo atender a Lei | | |
| | 1.1.3 Fortalecer a criação de pontos de apoio à SAN e garantir o direito aos alimentos a população em situações de vulnerabilidade social e emergenciais (desemprego, dependentes, vítimas de desastres ambientais) | | | 1.1.3 Incentivo nos equipamentos públicos e conselhos das políticas de SAN, organização comunitária para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e emergenciais em SAN. Reconhecimento de empresas, ONGS e órgãos públicos que promovam ações de acesso ao alimento às pessoas em situação de vulnerabilidade | ONGs | |
| | 1.1.4 Fomentar a criação de unidade de arrecadação, processamento, distribuição e comercialização de alimentos a custo acessível em âmbito local, visando a população social e economicamente vulnerabilizadas | | | 1.1.4 Promoção de ações de educação e empoderamento para os usuários dos bancos de alimentos e outros equipamentos locais de SAN | ONGs Assistência Social | |
| 1.2 Ampliar o acesso dos trabalhadores a alimentos de qualidade durante a jornada de trabalho | 1.2.1 Garantir que todas as unidades industriais cumpram os requisitos do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) | | | 1.2.1 Parceria com a SERT visando mecanismos de fiscalização das empresas empregadoras para adequação do PAT (indústria, comércio, serviços e trabalho rural) | COMSEA | |
| | 1.2.2 Criar programa de Alimentação do Trabalhador para | | | 1.2.2 Estudo pelo COMSEA para identificação do número de | Sindicatos de trabalhadores do comércio e serviços | |



| | | | | | | |
|--|--|--|--|---|---|--|
| | as unidades de trabalhadores do comércio e serviços e de pequenos empreendimentos, incluindo os rurais que não tem acesso ao PAT e desempregados | | | restaurantes populares para melhorar o acesso às refeições fora do lar para trabalhadores do comércio e serviços no meio urbano | | |
| 1.3 Garantir a universalidade de acesso a alimentação a todos os alunos matriculados na rede pública de educação, com prioridade aos grupos populacionais vulneráveis e expostos à situação de fome e desnutrição | 1.3.2 Oferecer alimentação escolar a alunos da rede pública | | | 1.3.1 Oferecimento pelo PNAE na alimentação escolar de alimentos adequados à cultura alimentar em escolas Aquisição de alimentos pelo PPAIS | CAE e COMSEAN | |
| | 1.3.3 Incentivar uso de aplicativo de celular para monitoramento da Alimentação Escolar do Escolas Estaduais criado pela SEE | | | 1.3.3 Garantia de canal de comunicação com os pais sugestões | | |
| 1.4 Garantir informação de qualidade e o acesso aos programas de geração e complementação de renda | 1.4.1 Mapear e incluir no Cadastro Único 100% das famílias de comunidades vulnerabilizadas econômica e socialmente no município | | | | COMSEA Assistência Social Saúde | |
| | 1.4.2 Garantir acompanhamento na saúde e na educação a todas as famílias que recebem recursos do Bolsa Família. | | | | Comitê Bolsa Família Assistência Social Saúde | |



DESAFIO 2. Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

O Estado de São Paulo tem uma imensa diversidade de comunidades tradicionais, que historicamente vem cuidando dos territórios onde vivem, preservando nascentes, sementes, entre outros bens e recursos. Essas comunidades têm lutado para permanecer em seus territórios, por vezes em meio a conflitos socioambientais, porque falta ainda regularização das terras, normatização das práticas tradicionais, agregação de valor ao que produzem e promoção do mercado desses produtos; para que com isso se garanta a soberania e o direito humano à alimentação desses povos, entre os quais as taxas de pobreza e de insegurança alimentar vêm se apresentando em maior proporção.

| DESAFIO 2. Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural | | | | | | |
|--|--|------------------------------|---------------------------------|---|------------------|--|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 2.1 Intensificar as estratégias de regulamentação fundiária e adequação ambiental das terras de agricultores familiares, assentamentos rurais e povos e comunidades tradicionais | 2.1.1 Regularizar as unidades produtivas da agricultura familiar | | | 2.1.1 Encontros de agricultores familiares para diagnóstico e articulação social; Convênios como Prefeituras e MPE; Convênios com Universidades e Institutos de Pesquisa para Assessoria Técnica; Criação de GT Intersetorial para criação de normas e procedimentos para reconhecimento de outros povos e comunidades tradicionais não especificamente citados na Constituição Federal | INCRA SAA | |
| | 2.1.2 Criar um programa de apoio à adequação ambiental em áreas de agricultores familiares. | | | 2.1.2 Seminários e oficinas intersetoriais para o fortalecimento das práticas tradicionais. | SAA | |
| 2.2 Valorizar junto a sociedade a agrobiodiversidade | 2.2.1 Criar um programa de incentivo ao uso | | | 2.2.1 Oferecimento de capacitação de | SAA | |



| | | | | | | |
|---|---|--|--|---|-------------------------------|--|
| (produtos, métodos e práticas tradicionais) dos agricultores familiares | de instrumentos de identificação e qualificação (certificações de origem, gênero e qualidade de produtos) com vistas ao reconhecimento, valorização e melhoria de acesso a mercados dos agricultores familiares | | | lideranças e técnicos Desenvolve SP | | |
| | 2.2.2 Criar um programa de valorização dos produtos da agrobiodiversidade dos agricultores familiares, incluindo ações educativas e comunicação social em todas as mídias e eventos culturais | | | 2.2.2 Convênios com universidades e instituições da sociedade civil organizada para produção de programas multimídia sobre a cultura da agricultura familiar | UNESP ONG's SAA | |
| 2.3 Recuperar, multiplicar, melhorar participativamente e disponibilizar variedades de sementes e raças crioulas | 2.3.1 Apoiar financeiramente e estruturalmente a uma feira municipal de sementes e raças crioulas | | | 2.3.1 Convênios e parcerias com entidades públicas e da sociedade civil organizada. | ONG's Universidades SAA | |
| | 2.3.2 Atender integralmente as demandas do programa de sementes e mudas da CDRS | | | | ONGs | |
| | 2.3.3 Criar o programa de resgate, multiplicação, armazenamento e melhoramento participativo de sementes, mudas e raças crioulas | | | 2.3.3 Convênios com institutos de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil para elaboração, execução e monitoramento do Programa | ONGs | |
| 2.4 Promover a agroflorestal como metodologias e recuperação e manejo sustentável | 2.4.1 Promover as pequenas propriedades rurais em Agrofloresta junto | | | 2.4.1 Convênios e parcerias e para o desenvolvimento da Rede de | ONGs SAA | |



| dos recursos naturais junto a áreas de recuperação e proteção ambiental | as áreas de conflito com a Legislação Ambiental | | | Referência em SAF | | |
|---|---|--|--|---|--|--|
| 2.5 Reduzir o uso de agrotóxicos com ênfase em áreas com a presença de grupos sociais vulneráveis no meio rural | 2.5.1 Criar o programa de redução de uso de agrotóxico, com ênfase em áreas com a presença de grupos sociais vulneráveis no meio rural | | | 2.5.1 Regulamentação do Programa Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos. | ONGs Agricultura | |
| 2.6 Fortalecer experiências de referência em produção agroecológica da diversidade de produtos dos agricultores familiares | 2.6.1 Desenvolver unidades de referência em Agroecologia em terras dos agricultores familiares | | | 2.6.1 Fomento a redes de referência em Agroecologia e Produção Orgânica nas propriedades dos produtores familiares. Convênios para mobilidade das propriedades para realização de intercâmbios | ONGs Agricultura | |
| 2.7 Incluir os agricultores familiares nos mercados locais e regionais de produtos agroecológicos e orgânicos e de serviços turísticos | 2.7.1 Criar um programa de fomento a inclusão dos agricultores familiares nos mercados locais de produtos agroecológicos | | | 2.7.1 Capacitações de dirigentes e lideranças sociais | SAA ONG's Universidades Sindicatos Agricultura | |
| | 2.7.2 Estruturar os agricultores familiares para auto-gestão e comercialização | | | 2.7.2 Acessar os recursos do ICA-CDRS-SAA-SP para ampliar o acesso a assessoria para auto-gestão nas organizações dos agricultores familiares | SAA, ONGs, Sindicatos Agricultura | |
| | 2.7.3 Criar um programa de desenvolvimento de turismo de base comunitária junto aos territórios de agricultura familiar | | | 2.7.3 Convênios do Estado com universidades para a elaboração do Programa | ONGs Agricultura Turismo | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--------------------------------|--|
| | 2.7.4 Fomentar projetos pilotos de turismo de base comunitária nas agriculturas familiares | | | 2.7.4 Convênios com Universidades e Institutos de Pesquisa para a elaboração e execução do Programa | ONGs Agricultura Turismo | |
|--|---|--|--|--|--------------------------------|--|

Ibirarema (SP), 2021.



DESAFIO 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Em São Paulo nas áreas destinadas à produção agrícolas têm prevalecido e ampliado a proporção de terras ocupadas pela cana-de-açúcar. Há um grande desafio para o PMSEA de criar condições favoráveis para fortalecer a agricultura familiar, resolver conflitos fundiários, manter e ampliar os programas de apoio à produção de alimentos para as compras institucionais, garantir a assistência técnica ao produtor rural, apoiar a permanência de jovens do campo. Criar programas voltados à mulher camponesa também se apresenta como uma ação prioritária, dado a importância da mulher para a garantia da SAN. As iniciativas de produção e transição agroecológica demandam apoio do poder público, seja para o financiamento ou regulamentação. Todas essas ações convergem para a permanência do agricultor no campo, melhoria da qualidade de vida e, sem dúvidas, a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis por meio de processos inclusivos.

| DESAFIO 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica | | | | | | |
|---|--|------------------------------|---------------------------------|--|---------------------------|--|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 3.1 Valorizar e proteger os territórios da agricultura familiar, por meio de zoneamento específico e garantia de capacitação e assistência técnica de base agroecológica permanente e garantia mercado e preços justos | 3.1.1 Criar a Política de Territórios da Agricultura Familiar | | | 3.1.1 Diagnóstico sistêmico e participativo do território, sendo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) mesclando critérios como culturas alimentares, etnicidades, atores envolvidos, experiências e iniciativas de referência, entre outros <i>layers</i> , contendo, ainda, levantamento vocacional, atividades necessárias para desenvolvimento da vocação e propostas e programas direcionados a realidade local | COMSEA SAA | |
| | 3.1.2 Atender as famílias de agricultores familiares com assessoria | | | 3.1.2 Convênios com o Estado para assessoria técnica e capacitação agroecológica | SAA SIMA Sindicatos | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|
| | técnica agroecológica | | | | | |
| | 3.1.3 Criar um programa de incentivo ao jovem rural e às mulheres da agricultura familiar | | | 3.1.3 Convênios com organizações da sociedade civil organizadas para ampliação do atendimento aos públicos específicos Jovens e Mulheres | ONGs | |
| 3.2 Estimular o crédito para pequenos agricultores/as familiares via Banco do Povo Paulista e FEAP | 3.2.1 Facilitar o acesso de agricultores familiares ou pequenos processadores/as de alimentos ao Banco do Povo Paulista | | | 3.2.1 Quantificação dos créditos destinados a pequenos agricultores e processadores de alimentos e divulgação no âmbito da Agricultura Familiar | SAA | |
| 3.3 Fortalecer as capacidades municipais para o Desenvolvimento Rural Sustentável com base na Agroecologia e na Produção Orgânica | 3.3.1 Incentivar o desenvolvimento do Protocolo de Transição Agroecológica no município e no âmbito dos consórcios intermunicipais | | | 3.3.1 Utilização de recursos de fundos municipais de agricultura, meio ambiente, desenvolvimento social para ações de apoio ao Protocolo | Prefeituras CIVAP, SAA CMDRS | |
| | 3.3.2 Fomentar fundos municipais de DRS e Meio Ambiente para o fortalecimento da Agricultura Familiar e suas organizações e da Agroecologia e da Produção Orgânica e suas organizações | | | 3.3.2 Convênios com fundos municipais | PMs, ONGs | |
| 3.4 Adequar a regulamentação sanitária à realidade da Agricultura Familiar | 3.4.1 Cooperação técnica para a criação do SIM e adesão ao SISBI | | | 3.4.1 Instituição de consórcios públicos intermunicipais para efetivação da legislação e certificação sanitária dos | Municípios CIVAP MAPA Defesa Agropecuária | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|--|---|--|
| | | | | empreendimentos familiares | | |
| 3.5 Garantir o apoio a auto-gestão nas organizações da agricultura familiar | 3.5.1 Atender as famílias agricultoras vinculadas a associações, cooperativas ou grupos informais da Agricultura Familiar | | | 3.5.1 Estímulo ao acesso a assessoria para auto-gestão nas organizações dos agricultores familiares e comunidades tradicionais | ONGS Sindicatos | |
| 3.6 Favorecer a relação direta entre produtores agroecológicos e consumidores locais | 3.6.1 Criar um programa de fomento aos circuitos curtos de comercialização, incluindo incentivo as novas feiras agroecológicas e grupos de consumo.= | | | 3.6.1 Disponibilização da infraestrutura de fomento a Feiras. Articulação de feiras agroecológicas em locais de grande circulação de pessoas Educação do Consumidor (Consumidor Cidadão) | PROCON ONG's Sindicatos Associações e Cooperativas | |
| 3.7 Promover a redução do uso de agrotóxicos e monitorar a qualidade da água e dos alimentos quanto a presença de agrotóxicos | 3.7.1 Criar a Política de Redução do Uso de Agrotóxicos | | | 3.7.1 Regulamentação do Programa Municipal de Redução do Uso de Agrotóxicos | SAA ONG's Centros Toxicológicos | |
| 3.8 Assegurar a sustentabilidade e a viabilidade da produção de produtos de espécies nativas. | 3.8.1 Oferecer capacitações específicas para a produção com espécies nativas aos grupos de Agricultura Familiar | | | 3.8.1 Fomento a utilização das espécies nativas nos cardápios da alimentação escolar. Inclusão do tema nas capacitações em agroecologia já previstas para técnicos, extensionistas e produtores | ONG's | |

Ibirarema (SP), 2021.



DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

O Estado de São Paulo tem um dos maiores mercados de alimentos do país. O abastecimento alimentar corresponde a um imenso desafio para promover a disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis e também evitar o desperdício de alimentos no Estado. Garantir alimentos de qualidade em ambientes coletivos, desenvolver mercados alternativos, educar o consumidor, regulamentar e fiscalizar o comércio e a propaganda de alimentos são meios estratégicos para a promoção do abastecimento e acesso regular aos alimentos de qualidade. Além disso, fortalecer os mecanismos de compras institucionais, complementa esse desafio.

| DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável | | | | | | |
|--|--|------------------------------|---------------------------------|---|---------------------------------------|--|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 4.1 Estimular o abastecimento alimentar com produtos locais, saudáveis e sustentáveis | 4.1.1 Criar um Programa de Abastecimento Alimentar de Produtos Orgânicos e da Transição Agroecológica | | | 4.1.1 Convênios com organizações da sociedade civil organizada para o fomento a projetos de capacitação de produtores/as, técnicos/as e microempreendedores sobre Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis e Economia Solidária e Gestão Participativa; Construção de marco legal (normativo e técnico) para ampliação, estruturação, equipagem, diversificação e incremento do número de pontos de comercialização solidária de produtos <i>in natura</i> e processados orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar | | |
| | 4.1.2 Criar um Programa de Comunicação e | | | 4.1.2 Realização de diagnósticos sobre | Associação Pais e Mestres das escolas | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|---|---|--|
| | Tecnologias da Informação para organização e estímulo as redes agroecológicas de produção e consumo, disponibilizando aplicativos virtuais com ênfase no mapeamento da produção e dos pontos de comercialização nos espaços públicos e privados | | | ferramentas existentes Desenvolvimento de aplicação em TI para aproximação de produtores e consumidores de produtos orgânicos e da transição agroecológica | | |
| | 4.1.3 Aumentar o volume de produtos orgânicos e agroecológicos disponibilizados para a população local | | | 4.1.3 Levantamento de dados sobre produção e consumo de orgânicos e da transição agroecológica local | Universidades, ONGS, MAPA; EMBRAPA; Sindicatos | |
| | 4.1.4 Produzir programas de informação multimídia sobre Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis | | | 4.1.4 Reuniões intersecretariais para elaboração dos roteiros e planejamento do trabalho | Agricultura ONG´s Sindicatos Universidades | |
| | 4.1.5 Criar um canal de denúncia direcionado a regiões próximas de áreas com potencial risco de contaminação por agrotóxicos (pulverização aéreas e mananciais) | | | 4.1.5 Reuniões intersecretariais para planejamento do trabalho | Agricultura SSP | |
| | 4.1.6 Ampliar a oferta de alimentos <i>in natura</i> na | | | 4.1.6 Criação de mecanismos de | Redes estadual e municipal de | |



| | | | | | | |
|---|--|--|--|---|---|--|
| | Alimentação Escolar em detrimento da oferta de alimentos ultra processados | | | monitoramento dessa meta | escolas públicas PROCON Universidades ONG´s | |
| | 4.1.7 Garantir acessibilidade as comunidades de agricultura familiar a boas estruturas de escoamento incluindo estradas, pontes e centros de expedição | | | 4.1.7 Estimativa para quantificar e qualificar as demandas desses territórios quanto a infraestrutura de escoamento e expedição da produção | Agricultura ONG´s Cooperativas e associações CMDRS Sindicatos | |
| 4.2 Disponibilizar de forma crescente o alimento orgânico ou em transição agroecológica nas escolas públicas | 4.2.1 Beneficiar crianças e jovens com alimentos orgânicos com recursos do repasse referente ao Programa de Abastecimento Alimentar de Produtos Orgânicos e da Transição Agroecológica do Estado de São Paulo | | | 4.2.1 Criação de estratégias de divulgação, informação, monitoramento e fiscalização de todas as compras institucionais dentro das políticas públicas com vistas ao fortalecimento do PPAIS e ao PNAE | Agricultura ONG´s Conselhos escolares | |
| | 4.2.2 Aumentar em 10% ao ano as compras institucionais de orgânicos | | | 4.2.2 Estimativa dos indicadores atuais de aquisição da agricultura familiar, de orgânicos da agricultura familiar e de transição agroecológica, bem como realização de projeções de produção e aquisição pela Alimentação Escolar Estudos de aumento gradual | Agricultura, Educação Saúde | |



| | | | | | | |
|---|---|--|--|--|---|--|
| | | | | da produção e aquisição | | |
| 4.3 Ampliar a aquisição de alimentos orgânicos e da transição agroecológica da agricultura familiar, incluindo produtos da sócio biodiversidade e do agro extrativismo sustentável e plantas alimentícias não convencionais e a expedição de alimentos da agricultura familiar | 4.3.1 Realizar uma reunião anual para avaliar e melhorar os editais de compras públicas, estimular compras institucionais privadas e promover a regionalização dos cardápios das escolas públicas | | | 4.3.1 Garantia de orçamento para execução dos programas de estímulos aos orgânicos dentro do sistema de compras institucionais Reestruturação das partes responsáveis nos órgãos responsáveis pelas compras públicas relativas ao PPAIS e PNAE | Educação | |
| | 4.3.2 Implementar o PPAIS Orgânico SP no âmbito da PEAPO com vistas a beneficiar agricultores familiares de associações e cooperativas da agricultura familiar e de entidades de assistência social ligadas aos CMDCA, nas modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS), Apoio à Formação de estoques (CPR-ESTOQUE) e Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) | | | | Agricultura ONG´s Sindicatos Universidades | |
| | 4.3.3 Inserir produtos da agricultura familiar com prioridade para produtos orgânicos, agroecológicos ou em transição | | | 4.3.3 Articulação entre as organizações das redes de produção agroecológica e orgânica e as escolas públicas | Agricultura Educação ONG´s Sindicatos | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|--|---|--|
| | agroecológica na alimentação escolar nas escolas estaduais e municipais | | | | | |
| | 4.3.4 Inserir produtos orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica da Agricultura Familiar nas unidades de saúde | | | 4.3.4 Articulação entre as organizações das redes de produção agroecológica e orgânica e as unidades de saúde | Agricultura Saúde ONG's Sindicatos | |
| | 4.3.5 Estruturar centros de organização e expedição dos agricultores familiares orgânicos ou em transição agroecológica | | | 4.3.5 Programa de Investimento em Centros de Expedição para Agricultura Familiar | Agricultura | |

Ibirarema (SP), 2021.



DESAFIO 5. Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

A globalização do mercado de alimentos e ampliação da oferta de produtos industrializados altamente processados vem sendo alvo de preocupação, pelo fato de o consumo encontrar-se associado ao aumento do sobrepeso e obesidade em todas as camadas da população. De um lado, há que se regulamentar a indústria e a propaganda de alimentos, de outro, há que se proporcionar opções mais saudáveis de escolha para a população. A escolha precisa ser autônoma e esclarecida, o que se faz com EAN. Assim, a EAN deve ser tomada como tema transversal em todos dos desafios do PMSEA, no campo, na cidade, nas escolas, nos espaços coletivos, nos programas e equipamentos sociais.

DESAFIO 5. Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
|---|--|------------------------------|---------------------------------|---|---|--|
| 5.1 Garantir a visibilidade do valor social, cultural e ambiental dos alimentos, enquanto mecanismo de Soberania Alimentar | 5.1.1 Inserir metodologias de EAN que promovam a visibilidade do valor social dos alimentos e mecanismo de Soberania Alimentar, nos projetos de hortas escolares | | | 5.1.1 Incentivo a atividades relacionadas à agroecologia, valorizando a produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), a compostagem nas escolas públicas da educação básica | | |
| | 5.1.2 Disponibilizar um link nos canais de comunicação do Município, com material educativo que promova a visibilidade do valor social dos alimentos enquanto mecanismo de Soberania Alimentar para acesso de professores, educadores e cidadãos em geral | | | | 5.1.2 Reprodução dos materiais educativos produzidos pela SAA/ CODEAGRO/ CESAN | |
| 5.2 Promover a educação alimentar e nutricional em diferentes cenários de SAN | 5.2.1 Criar um programa de Educação Alimentar e Nutricional (teórico-prático) para a | | | 5.2.1 Articulação com os Programas Saúde na Escola e Crescer Saudável da SEE e com as ações desenvolvidas pela | CONSEA-SP SEDS | |



| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|---|--|
| | <p><i>comunidade escolar, com ênfase nos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis</i></p> <p>Criar um programa de Educação Alimentar e Nutricional (teórico prático) para a <i>comunidade em geral, com ênfase nos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.</i></p> | | | SAA/ CODEAGRO/ CESANS | | |
| | <p>5.2.2 Criação de curso EAD de EAN específico para professores da rede estadual de ensino com pontuação para a evolução funcional como incentivo</p> | | | 5.2.2 Estabelecimento de parcerias estratégicas que viabilizem os cursos EAD. | UNESP, USP, UNICAMP, UNIFESP, CONSEA-SP | |
| | <p>5.2.3 Criação de Comissão de Avaliação e Monitoramento para o aprimoramento de metodologias inovadoras de EAN e SAN</p> | | | | UNESP, USP, UNICAMP, CONSEA-SP, UNIFESP | |
| | <p>5.2.4 Garantir formação de 100% dos cozinheiros das escolas públicas com gestão centralizada da alimentação escolar (merendeiros) com foco no papel de educador desempenhado por esse grupo em EAN</p> | | | | | |



| | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|--|
| | 5.2.5 Ampliar atividades relacionadas à EAN/SAN no programa "Escola da família" | | | 5.2.5 Aproximação dos estudantes de Nutrição e áreas correlatas de Cursos Universitários privadas que participam do programa" | | |
| 5.3 Fortalecer as medidas de regulação e monitoramento da publicidade e propaganda de alimentos e bebidas | 5.3.1 Criar Fórum Participativo com encontros anuais para discussão sobre publicidade, propaganda e rotulagem de alimentos | | | 5.3.1 Monitoramento da Lei Federal nº 11.265/2006 no sentido de fiscalização quanto restrição do marketing abusivo e atualização da legislação no sentido de favorecer a característica saudável do alimento, assegurando informação clara, adequada e de qualidade sobre a composição, a origem do alimento, os processos de produção, bem como o grau de riscos do seu consumo | | |
| | 5.3.2 Regularizar a atuação das cantinas escolares na rede pública e privada, levando em consideração grupos etários específicos, assim como horários de funcionamento, alimentos ofertados e publicidade e propaganda de alimentos e bebidas | | | 5.3.2 Formação de cantineiro em EAN com abrangência para a comunidade escolar (Conselho de Escola e APM) | | |
| 5.4 Promover a alimentação saudável e sustentável | 5.4.1 Melhorar os indicadores de consumo alimentar da população | | | 5.4.1 Campanhas de promoção do consumo de alimentos regionais | | |
| | 5.4.2 Implantar/manter a Estratégia | | | | | |



| | | | | | | |
|---|---|--|--|---|--|--|
| | Nacional de promoção do aleitamento materno | | | | | |
| | 5.4.3 Realizar vigilância e assistência toxicológica à população exposta ao agrotóxico | | | 5.4.3 Publicação de dados relacionados à contaminação da água e de alimentos | | |
| | 5.4.4 Criar Programa de Monitoramento da qualidade microbiológica ou outras formas de contaminação | | | 5.4.4 Parcerias com municípios para reforço da capacidade de vigilância a qualidade dos alimentos em estabelecimentos comerciais estáticos ou ambulantes | | |
| 5.5 Garantir que haja nos equipamentos públicos a disponibilidade e o acesso a alimentos adequados às pessoas com necessidades alimentares especiais | 5.5.1 Fortalecer e ampliar os programas de assistência à pessoa com necessidades alimentares especiais | | | 5.5.1 Articulação entre secretarias para a avaliação e ajustes nos Programas | | |

Ibirarema (SP), 2021.



DESAFIO 6. Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação

O modo de vida e alimentação da sociedade contemporânea tem levado ao excesso de peso e obesidade na maioria da população. Mais que 50% dos paulistas estão acima do peso. A desnutrição ainda existe, embora tenha diminuído. Esse é um problema sério, que necessitará de ações inseridas em todas as políticas públicas, assim como adequação do sistema de saúde para atender a demanda de cuidado oriunda das doenças e morbidades associadas à má nutrição. Será preciso fortalecer as ações no território, junto à Atenção Básica à Saúde em parceria com outros equipamentos sociais. Também será preciso fortalecer os meios de monitoramento do estado alimentar e nutricional da população; com isso revitalizar e valorizar o SISAN.

| DESAFIO 6. Controlar e prevenir agravos decorrentes da má nutrição | | | | | | |
|--|---|-----------------------|--------------------------|--|-----------|-------------------------------------|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 6.1 Prevenir e controlar a desnutrição. | 6.1.1 Alcançar prevalência menor que 5% de desnutrição infantil por meio do monitoramento e intervenção precoce | | | | | |
| | 6.1.2 Instituir a "Chamada nutricional do idoso" a partir da ESF/NASF-AB | | | Ações de responsabilidade da Atenção Básica | Saúde | |
| | 6.1.3 Garantir acompanhamento do estado nutricional e acesso ao alimento adequado e saudável às gestantes | | | | | Assistência social Saúde |
| 6.2 Prevenir e controlar as carências nutricionais | 6.2.1 Manter e ampliar as ações, programas e estratégias de incentivo ao aleitamento materno e alimentação de transição (Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil) | | | Instituição de Comitê Intersetorial de Amamentação | | |
| | 6.2.2 Aderir, monitorar e acompanhar o Programa Nutricional de | | | | | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|---|---|--|
| | Suplementação de Vitamina A e NutriSUS, e o Programa Nacional de Suplementação de Ferro | | | | | |
| | 6.2.3 Ofertar cursos de atualização para as equipes de atenção básica na temática de prevenção e controle de doenças e carências (deficiências, agravos nutricionais) | | | | UNESP, USP, UNICAMP | |
| 6.3 Prevenir e controlar a obesidade e doenças não transmissíveis decorrentes da má nutrição e da ingestão de agrotóxicos | 6.3.1 Manter e atualizar o Plano de Ações com estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, com destaque à obesidade e às ações integradas que vai desde hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias até o planejamento das cidades com áreas de lazer, mobilidade e de condições para alimentação nos ambientes de trabalho | | | 6.3.1 Programa Escola da Família | UNESP, USP, UNICAMP | |
| | 6.3.2 Manter o Programa Coração do Estudante de abrangência estadual que envolve escolas estaduais e municipais | | | | Sociedade Brasileira de Cardiologia UNESP, USP, UNICAMP, UNIFESP | |
| | 6.3.3 Desenvolver a | | | | UNESP, USP, UNICAMP | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|---|---------------------|--|
| | estratégia intersetorial para implementar linhas de cuidado para obesidade para o atendimento integrado e integral de diferentes problemas de saúde vinculados ao excesso de peso. | | | | | |
| 6.4 Monitorar o perfil nutricional da população | 6.4.1 Realizar pesquisas periódicas para diagnóstico nutricional da população e monitoramento do estado nutricional e consumo de alimentos ou utilização de dados estaduais de pesquisas já disponíveis | | | 6.4.1 Fortalecimento da utilização de estratégias em uso tal como a PENSE com a população escolar | UNESP, USP, UNICAMP | |
| | 6.4.2 Alimentar o SISVAN com dados de toda a população atendida nas unidades básicas | | | | | |
| 6.5 Criar condições técnicas operacionais para o desenvolvimento do cuidado e das ações de enfrentamento das doenças decorrentes da má alimentação | 6.5.1 Ampliar o número de nutricionistas para atuar no desenvolvimento do cuidado e das ações de enfrentamento das doenças decorrentes da má alimentação Apoiar na oferta de espaços de Educação Permanente para profissionais da saúde que atuam na prevenção e controle de agravos nutricionais na | | | | UNESP, USP, UNICAMP | |



| | | | | | | |
|--|---|--|--|--|-----------------|--|
| | assistência e gestão | | | | | |
| | 6.5.2 Fortalecer e ampliar o Programa Saúde na Escola para a rede estadual e municipal | | | | Educação, Saúde | |

Ibirarema (SP), 2021.



DESAFIO 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

No Estado de São Paulo, na temática da água, a tônica das discussões volta-se para as medidas de proteção das nascentes e rios e utilização racional da água. São Paulo entre 2014 e 2016 viveu momentos de escassez de água, isso fez a população refletir sobre as medidas necessárias para que se evite crises futuras.

| DESAFIO 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural | | | | | | |
|---|--|------------------------------|---------------------------------|---|--|--|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 7.1 Assegurar a recuperação, a conservação e a proteção das nascentes e dos rios | 7.1.1 Regulamentar o PSA no âmbito da PEAPO | | | 7.1.1 Realizar projetos de PSA | Fundação Florestal, Fundação Grupo Boticário, Comitês de Bacia, SAA | |
| | 7.1.2 Garantir insumos estratégicos para restauração ecológica | | | 7.1.2 Potencialização dos programas de coleta de sementes florestais e produção de mudas nativas | SAA, ONGS, Sindicatos, Viveiros Florestais | |
| | 7.1.3 Estimular por meio de projetos/ programas municipais/ regionais de PSA | | | 7.1.3 Trabalho da meta no âmbito do Programa Município VerdeAzul, da SIMA | SIMA Fundação Grupo Boticário, Comitês de Bacia, Prefeituras; ONGS; SINDICATOS | |
| | 7.1.4 Discutir sobre a inclusão/ incentivo de restauração por meio de Sistemas Agroflorestais, no âmbito do Programa Nascentes | | | 7.1.4 Convênio com o Estado para o reflorestamento em massa para proteção dos recursos hídricos | Secretarias parceiras do projeto nascentes, ONGS, Sindicatos | |
| | 7.1.5 Viabilizar o financiamento de projetos/ programas de PSA nos Fundos existentes, como o FECOP, FEHIDRO e FEAP e outros futuros | | | 7.1.5 Construção dos marcos legais que possibilitem o Estado investir no PSA | SAA, ONGS, Sindicatos, Municípios, Consórcios intermunicipais | |



| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| | 7.1.6 Priorizar a conservação de solo agrícola nas áreas de abrangência do Programa Nascentes | | | 7.1.6 Reuniões entre secretarias, ONGS e outras instâncias para implementar termos de parceria para avanço da conservação de solo nas áreas recuperadas Definição do marco referencial de orientação aos projetos de recuperação | Municípios, Consórcios intermunicipais; ONGS; Universidades; Sindicatos. | |
| 7.2 Garantir a qualidade e quantidade da água | 7.2.1 Recuperar e conservar os mananciais | | | 7.2.1 Estabelecimento de um plano de metas e monitoramento | SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, Empresas | |
| | 7.2.2 Manter o Programa REÁGUA - Recuperação das Águas Paulistas | | | 7.2.2 Construção de legislações para o estímulo a captação da água de chuva e sistemas para reuso | SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, Empresas | |
| | 7.2.3 Manter o Programa de Uso Racional da Água (PURA) | | | 7.2.3 Política de incentivo ao uso racional da água com ações tecnológicas, de manejo e mudanças culturais - foco no consumidor da agricultura, indústria e doméstico Pesquisas sobre ações com foco na perda durante a distribuição | SMA, SAA, ONGS, Sindicatos, Empresas, Universidades | |
| | 7.2.4 Manter o PROÁGUA - Programa de vigilância da qualidade de água para consumo humano | | | 7.2.4 Elaboração de relatórios conjuntos sobre a qualidade total da água, incluindo a análise de pesticidas entre outras | SMA, CETESB, ONGS, Comitês de Bacias, universidades | |
| 7.3 Garantir o aproveitamento das águas residuais e águas pluviais para reuso de forma sustentável | 7.3.1 Instituir a Política de incentivo ao reuso de águas | | | 7.3.1 Construção de legislações para o estímulo a captação da água de chuva e sistemas para reuso | SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, empresas | |



| | | | | | | |
|---|---|--|--|--|---|--|
| 7.4 Promover a educação para o consumo responsável da água por parte do setor produtivo e do consumo residencial | 7.4.1 Fortalecer os programas ou ações estaduais de educação do consumidor para uso e manejo sustentável das águas | | | | ONGS, Sindicatos, Universidades | |
| 7.5 Recuperar, Conservar e Proteger as águas subterrâneas | 7.5.1 Realizar o diagnóstico da qualidade e quantidade de água explorada e outorgada | | | 7.5.1 Elaboração de um Plano de Uso Sustentável das Águas Subterrânea Vitalização e incentivo ao financiamento do FEHIDRO e outros Fundos para proteção de águas subterrâneas | Institutos de pesquisa, EMBRAPA, ONGS | |
| 7.6 Promover o uso mais eficiente da irrigação e garantir o acesso da população de baixa renda no meio rural à sistemas mais eficientes e de baixo custo | 7.6.1 Capacitar agricultores familiares para o uso eficiente da irrigação | | | 7.6.1 Elaboração de um plano de incentivo para: 1) práticas sustentáveis no meio rural como fossa séptica, biodigestora, separação de águas negras e águas cinzas, captação de água da chuva, entre outras 2) adoção do Protocolo de Transição Agroecológica e discussões para simplificação do processo de outorga para agricultores familiares 3) Apoio a agricultores familiares ao processo de outorga da água | Prefeituras; ONGS, Sindicatos, Universidades | |

Ibirarema (SP), 2021.



DESAFIO 8. Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

São Paulo começou mais tarde que outros estados o seu processo de institucionalização do SISAN. Tem agora o grande desafio de promover e apoiar a adesão dos municípios ao sistema. Se no âmbito do Estado o SISAN se mostrar efetivo na gestão das políticas de SAN, haverá estímulo aos municípios para aderirem ao sistema. A governança da SAN no âmbito do Estado passa pela adequada articulação política e por um efetivo processo de comunicação, mas sem dúvidas há que se garantir a estrutura de funcionamento da CAISAN e do CONSEA para que todas essas ações se viabilizem.

| DESAFIO 8. Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social | | | | | | |
|--|--|------------------------------|---------------------------------|--|------------------|--|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 8.1 Promover a intersetorialidade para viabilizar o PMSEA | 8.1.1 Garantir reuniões sistemáticas da CAISAN municipal com participação de ao menos 80% de representantes, visando o monitoramento e a implementação do PMSEA | | | 8.1.1 Criação de mecanismo de educação permanente para os membros da CAISAN e potencializar a integração dos diferentes setores representados | | |
| | 8.1.2 Criar mecanismo de comunicação e formação em SAN, envolvendo todo o sistema (CAISAN/SP, CONSEA/SP e Municipais, CRSANS). | | | 8.1.2 Inserção de mecanismos de formação continuada e mecanismos inovadores de comunicação, como vídeos curtos via WhatsApp | | |
| | 8.1.3 Realizar diagnóstico bianual da situação da implantação do SISAN | | | 8.1.4 Apoio a estudos das experiências de mapeamento, visando a alteração do artigo 7º da LOSAN (trata da participação no SISAN) | | |
| | 8.1.4 Criar uma agenda de ações articuladas dos sistemas de políticas públicas SISAN, SUASA, SUAS e SUS, em | | | | | |



| | | | | | | |
|---|--|--|--|---|--|--|
| | vista de sua maior efetividade na SAN | | | | | |
| 8.2 Potencializar a adesão ao SISAN com criação gradativa de seus componentes, como forma de garantir a realização do DHAA, conforme artigo 6º a Constituição Brasileira | 8.2.1 Criar COMSEA | | | | | |
| | 8.2.2 Ampliar a representatividade municipal nas CRSANS, por meio da criação de subcomissões de monitoramento e fortalecimento do SISAN | | | | | |
| | 8.2.3 Criação de mecanismos de exigibilidade do DHAA junto aos gestores municipais | | | | | |
| 8.3 Monitorar as políticas e o PMSEA | 8.3.1 Realização de seis reuniões anuais do Comitê Técnico criado no âmbito da CAISAN, com a finalidade de monitorar e revisar o PMSEA | | | 8.3.1 Projetos e parcerias para fazer o monitoramento das políticas de SAN e sua divulgação | | |
| | 8.3.2 Avaliação de políticas públicas e desempenho de programas do PPA | | | 8.3.2 Coleta, tratamento e análises das informações geradas no monitoramento dos programas ou a partir da produção de novas informações Realização de encontros | | |
| | 8.3.3 Subsídios técnicos em planejamento e orçamento | | | 8.3.3 Realização de estudos e análises sobre programas e políticas públicas, projeções e cenários macroeconômicos, análise de indicadores socioeconômicos e ambientais, elaboração de relatórios, pareceres e publicações técnicas | | |
| | 8.3.4 Produção e organização e | | | 8.3.4 Organização e disseminação de | | |



| | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|--|
| | disseminação de informações, estudos e análises | | | informações de qualquer fonte, mas sistematizadas, normatizadas e organizadas pela Fundação SEADE disponibilizadas em sistemas de recuperação de informações e transferidas via web | | |
| | 8.3.5 Iniciativas de inovação em SAN | | | 8.3.5 Iniciativas utilizando a tecnologia para fortalecer o monitoramento e controle das ações do plano | | |
| 8.4 Consolidar a participação popular e controle social nas políticas municipais de SAN | 8.4.1 Participação de fóruns bi e tripartites (município, estado e união) de SAN, garantindo a presença dos conselhos em sua composição | | | 8.4.1 Atuação do COMSEA junto aos entes federados para que exerçam o papel de agente de monitoramento e fiscalização do cumprimento adequado das ações | | |
| 8.5 Garantir assessoria técnica para adesão e operacionalização do SISAN | 8.5.1 Incentivar à adesão ao SISAN pelo município, facilitando o acesso às Políticas Públicas do Estado | | | 8.5.1 Campanhas de sensibilização dos gestores municipais quanto ao papel e importância do SISAN | | |
| | 8.5.2 Prover recursos com o intuito de prover a infraestrutura de funcionamento dos conselhos, câmaras e conferências de SAN, fortalecendo a participação social ao SISAN | | | | | |
| 8.6 Garantir o funcionamento do COMSEA. | 8.6.1 Realizar reuniões bimestrais do COMSEA | | | | | |
| 8.7 Garantir o funcionamento da CAISAN municipal | 8.7.1 Realizar reuniões bimestrais da CAISAN municipal | | | | | |



DESAFIO 9. Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

No que diz respeito as relações diplomáticas, o Estado de São Paulo mantém-se em consonância com os tratados internacionais em suas práticas, ao mesmo tempo, abre-se para as trocas de experiência com outros países buscando o fortalecimento da SAN e a garantia universal do DHAA. De outra parte, não é alheio a questões de direitos humanos envolvendo imigrantes e refugiados, buscando medidas de proteção e acolhimentos.

| DESAFIO 9. Apoiar iniciativas de promoção a soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional | | | | | | |
|---|--|------------------------------|---------------------------------|---|---|--|
| Objetivos específicos | Metas | Responsáveis técnicos | Responsável orçamentário | Ações relacionadas | Parceiros | PPA (departamento, programa e ação) |
| 9.1 Promover a troca de experiências entre as comunidades de matriz africana brasileiras e dos países africanos da CPLP | 9.1.1 Criar um programa de intercâmbio entre as comunidades quilombolas e comunidades camponesas nos países africanos da CPLP | | | 9.1.1 Desenvolvimento de ações culturais de valorização da cultura afro-brasileira na alimentação | | |
| 9.2 Promover o intercâmbio no âmbito do Pacto de Milão | 9.2.1 Aderir ao Pacto de Milão | | | | | |
| 9.3 Promover a inclusão do tema das mudanças climáticas na discussão sobre SAN | 9.3.1 Criar grupo de pesquisa sobre os futuros impactos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola, os recursos hídricos e a questão da SAN no município | | | 9.3.1 Reuniões com redes de pesquisa latino-americanas Elaboração de Plano de Trabalho Interinstitucional em Rede | Institutos de pesquisa, EMBRAPA, ONGS, REDAGRES SOCLA | |

Ibirarema (SP), 2021.



6. MARCO SITUACIONAL – INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

A seguir são apresentados dados da produção municipal, conforme **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA)** do Estado de São Paulo realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA-SP), **ano-base 2016/2017**, demonstrando os dados consolidados municipal: estatísticas agrícolas; explorações animais; máquinas, implementos e benfeitorias; outras estatísticas agrícolas; e área cultivada.

TABELA 6.1 – Estatísticas Agrícolas, Município de Ibirarema (SP), 2016/2017

| ITEM | UNIDADE | UPAs | MÍN | MÉD | MÁX | TOTAL |
|--------------------------------------|---------|------|-------|-------|-------|----------|
| Distância à sede do município | km | 293 | 0,1 | 5,6 | 15,0 | - |
| Área total | hectare | 293 | 0,7 | 48,4 | 470,6 | 14.166,3 |
| Área com cultura perene | hectare | 1 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Área com cultura temporária | hectare | 283 | 0,3 | 46,2 | 390,0 | 13.084,3 |
| Área com pastagem | hectare | 66 | 0,3 | 7,4 | 187,2 | 487,4 |
| Área com reflorestamento | hectare | 5 | 0,4 | 0,8 | 1,0 | 4,0 |
| Área com vegetação natural | hectare | 119 | 0,1 | 3,2 | 74,6 | 381,0 |
| Área com vegetação de brejo e várzea | hectare | 12 | 0,2 | 4,9 | 39,7 | 59,3 |
| Área em descanso | hectare | 5 | 0,9 | 2,1 | 4,0 | 10,6 |
| Área complementar | hectare | 137 | 0,1 | 1,0 | 5,4 | 137,7 |
| Área das UPAs com (0, 1] ha | hectare | 1 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 |
| Área das UPAs com (1, 2] ha | hectare | 3 | 1,2 | 1,5 | 2,0 | 4,5 |
| Área das UPAs com (2, 5] ha | hectare | 30 | 2,1 | 3,3 | 5,0 | 98,8 |
| Área das UPAs com (5, 10] ha | hectare | 26 | 5,4 | 8,0 | 9,7 | 208,5 |
| Área das UPAs com (10, 20] ha | hectare | 52 | 10,6 | 15,4 | 19,4 | 800,5 |
| Área das UPAs com (20, 50] ha | hectare | 99 | 20,3 | 29,9 | 48,4 | 2.961,3 |
| Área das UPAs com (50, 100] ha | hectare | 49 | 50,8 | 69,1 | 92,0 | 3.385,3 |
| Área das UPAs com (100, 200] ha | hectare | 22 | 104,0 | 146,1 | 191,1 | 3.213,1 |
| Área das UPAs com (200, 500] ha | hectare | 11 | 210,5 | 317,6 | 470,6 | 3.493,6 |
| Área das UPAs com (500, 1.000] ha | hectare | - | - | - | - | - |
| Área das UPAs com (1.000, 2.000] ha | hectare | - | - | - | - | - |
| Área das UPAs com (2.000, 5.000] ha | hectare | - | - | - | - | - |
| Área das UPAs com (5.000, 10.000] ha | hectare | - | - | - | - | - |
| Área das UPAs acima de 10.000 ha | hectare | - | - | - | - | - |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA

TABELA 6.2 – Explorações Animais, Município de Ibirarema (SP), 2016/2017

| ITEM | UNIDADE | UPAs | MÍN | MÉD | MÁX | TOTAL |
|------------------------------|-------------|------|------|-------|-------|-------|
| Apicultura | colmeias | 3 | 15,0 | 21,7 | 30,0 | 65,0 |
| Ávestruzes e ema (criadouro) | cabeças | 1 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 |
| Avicultura de corte | cabeças/ano | 4 | 50,0 | 215,0 | 500,0 | 860,0 |
| Avicultura para ovos | cabeças | 9 | 10,0 | 38,6 | 82,0 | 347,0 |



| | | | | | | |
|------------------------|------------------------|----|---------|---------|---------|---------|
| Bovinocultura de corte | cabeças | 6 | 4,0 | 145,8 | 700,0 | 875,0 |
| Bovinocultura leiteira | cabeças | 22 | 1,0 | 16,8 | 72,0 | 370,0 |
| Bovinocultura mista | cabeças | 36 | 3,0 | 9,7 | 28,0 | 348,0 |
| Caprinocultura | cabeças | 1 | 20,0 | 20,0 | 20,0 | 20,0 |
| Equinocultura | cabeças | 8 | 1,0 | 5,4 | 20,0 | 43,0 |
| Ovinocultura | cabeças | 3 | 10,0 | 13,7 | 16,0 | 41,0 |
| Piscicultura | m ² tanques | 1 | 5.000,0 | 5.000,0 | 5.000,0 | 5.000,0 |
| Suinocultura | cabeças | 15 | 4,0 | 17,8 | 50,0 | 267,0 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA

TABELA 6.3 – Máquinas, Implementos e Benfeitorias, Município de Ibirarema (SP), 2016/2017

| ITEM | UNIDADE | UPAs | MÍN | MÉD | MÁX | TOTAL |
|--|---------|------|-----|-----|------|-------|
| Arado comum (bacia, aiveca) | unidade | 34 | 1,0 | 1,6 | 3,0 | 54,0 |
| Arado escarificador | unidade | 34 | 1,0 | 1,4 | 3,0 | 49,0 |
| Arado subsolador | unidade | 37 | 1,0 | 1,6 | 5,0 | 58,0 |
| Carreta de trator | unidade | 6 | 1,0 | 1,7 | 3,0 | 10,0 |
| Colhedeira acoplada | unidade | 1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Colhedeira automotriz | unidade | 49 | 1,0 | 1,8 | 4,0 | 89,0 |
| Conj. irrigação/gotejamento/ micro aspersão | unidade | 1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Desintegrador de palha (plantio direto) | unidade | 1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Desintegrador, picador, triturador | unidade | 21 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 21,0 |
| Distribuidor de calcário | unidade | 20 | 1,0 | 1,1 | 2,0 | 22,0 |
| Ensiladeira | unidade | 3 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 3,0 |
| Grade aradora (tipo romi) | unidade | 35 | 1,0 | 1,7 | 4,0 | 59,0 |
| Grade niveladora | unidade | 35 | 1,0 | 1,6 | 4,0 | 55,0 |
| Implementos para tração animal | unidade | 1 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Misturador de ração | unidade | 1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Ordenhadeira mecânica | unidade | 3 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 3,0 |
| Pulverizador tratorizado | unidade | 74 | 1,0 | 1,3 | 3,0 | 93,0 |
| Resfriador de leite, tanque expansão | unidade | 2 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 2,0 |
| Semeadeira/ adubadeira para plantio convencional | unidade | 40 | 1,0 | 1,7 | 4,0 | 69,0 |
| Semeadeira/plantadeira plantio direto | unidade | 50 | 1,0 | 2,0 | 6,0 | 99,0 |
| Terraceador | unidade | 17 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 17,0 |
| Trator de esteiras | unidade | 1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Trator de pneus acima de 85 cv | unidade | 92 | 1,0 | 2,6 | 10,0 | 239,0 |
| Trator de pneus até 65 cv | unidade | 5 | 1,0 | 1,2 | 2,0 | 6,0 |
| Trator de pneus de 66 cv a 85 cv | unidade | 16 | 1,0 | 1,3 | 3,0 | 21,0 |
| Açude/represa | unidade | 3 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 3,0 |
| Almoxarifado/oficina | unidade | 19 | 1,0 | 1,1 | 3,0 | 21,0 |
| Armazém para grãos ensacados | sacas | 1 | | | | |



| | | | | | | |
|---------------------------------|---------|-----|-----|-----|-----|-------|
| Balança para veículos | unidade | 1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Barracão para granja/avicultura | unidade | 23 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 23,0 |
| Barracão/galpão/garagem | unidade | 94 | 1,0 | 1,2 | 4,0 | 116,0 |
| Casa de moradia habitada | unidade | 114 | 1,0 | 1,6 | 5,0 | 182,0 |
| Casa de moradia total | unidade | 123 | 1,0 | 1,9 | 5,0 | 230,0 |
| Curral/mangueira | unidade | 54 | 1,0 | 1,0 | 2,0 | 55,0 |
| Deposito/tulha | unidade | 49 | 1,0 | 1,1 | 3,0 | 55,0 |
| Estabulo | unidade | 2 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 2,0 |
| Pocilga | unidade | 28 | 1,0 | 1,0 | 2,0 | 29,0 |
| Poço semiartesiano | unidade | 20 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 20,0 |
| Secador de grãos | unidade | 7 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 7,0 |
| Silo para grãos | ton. | 9 | | | | |
| Silo para silagem | ton. | 7 | | | | |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA

TABELA 6.4 – Outras Estatísticas Agrícolas, Município de Ibirarema (SP), 2016/2017

| ITEM | UPAs | % |
|--|------|------|
| Faz Parte de Associação de Produtores | 88 | 30,0 |
| Faz Parte de Cooperativa de Produtores | 252 | 86,0 |
| Faz Parte do Sindicato de Produtores | 35 | 11,9 |
| Não utiliza assistência técnica | 7 | 2,4 |
| Utiliza somente assistência técnica governamental | 19 | 6,5 |
| Utiliza somente assistência técnica privada | 12 | 4,1 |
| Utiliza assistência técnica tanto governamental quanto privada | 255 | 87,0 |
| Utiliza Crédito Rural | 253 | 86,3 |
| Utiliza Seguro Rural | 238 | 81,2 |
| Utiliza Escrituração Agrícola | 242 | 82,6 |
| Acessa Internet p/ Fins na Agropecuária | 142 | 48,5 |
| Utiliza computador nas atividades agropecuárias | 149 | 50,9 |
| Utiliza energia elétrica para uso na atividade agrícola | 190 | 64,8 |
| Utiliza Energia Alternativa | - | - |
| Realiza Análise de Solo, quando necessário | 284 | 96,9 |
| Realiza Calagem | 265 | 90,4 |
| Utiliza Práticas de Conservação de Solo, quando necessário | 288 | 98,3 |
| Faz Adubação Mineral, quando necessário | 284 | 96,9 |
| Faz Adubação Orgânica, quando necessário | 94 | 32,1 |
| Faz Adubação Verde, quando necessário | 77 | 26,3 |



| | | |
|--|-----|------|
| Utiliza Manejo Integrado de Pragas (MIP) | 51 | 17,4 |
| Utiliza Hidroponia | - | - |
| Utiliza Cultivo em Estufa | - | - |
| Utiliza Mudas Fiscalizadas | 59 | 20,1 |
| Utiliza Semente Melhorada | 269 | 91,8 |
| Faz Confinamento de Bovinos | 3 | 1,0 |
| Utiliza Pastejo Intensivo | 46 | 15,7 |
| Faz Inseminação Artificial | 4 | 1,4 |
| Faz Mineralização do Rebanho | 50 | 17,1 |
| Faz Vermifugação do Rebanho | 53 | 18,1 |
| Possui Parceiros / Arrendatários na Exploração Animal | 28 | 9,6 |
| Existência de trabalhadores com deficiência na UPA | | - |
| Esporte e lazer | 1 | 0,3 |
| Extração mineral | - | - |
| Hotel Fazenda, Pousada ou SPA | - | - |
| Pesque-pague | 1 | 0,3 |
| Restaurante ou Lanchonete | - | - |
| Transformação artesanal | - | - |
| Turismo rural ou ecoturismo | - | - |
| Outras atividades econômicas rurais | - | - |
| Agroindústria | - | - |
| Proprietário sem instrução ou com instrução incompleta | 20 | 6,8 |
| Proprietário com antigo primário completo | 107 | 36,5 |
| Proprietário com 1º grau (ou antigo ginásial) completo | 55 | 18,8 |
| Proprietário com 2º grau (ou antigo colegial) completo | 75 | 25,6 |
| Proprietário com curso superior completo | 33 | 11,3 |
| Pessoa Jurídica | 3 | 1,0 |
| Proprietário residente na própria UPA | 55 | 18,8 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA

TABELA 6.5 – Área Cultivada, Município de Ibirarema (SP), 2016/2017

| CULTURA | UPAs | MÍN | MÉD | MÁX | TOTAL |
|-------------------------------------|------|-----|-------|-------|----------|
| Soja | 263 | 2,0 | 40,1 | 370,0 | 10.551,6 |
| Milho 2ª safra | 263 | 2,0 | 39,8 | 370,0 | 10.467,7 |
| Cana-de-açúcar finalidade indústria | 19 | 2,4 | 129,9 | 390,0 | 2.468,9 |
| Braquiária | 60 | 0,3 | 7,9 | 187,2 | 471,0 |
| Arroz | 3 | 2,4 | 9,7 | 21,8 | 29,0 |



| | | | | | |
|----------------------------------|---|-----|-----|-----|-----|
| Gramas | 5 | 0,5 | 1,9 | 4,0 | 9,4 |
| Milho-silagem | 1 | 7,0 | 7,0 | 7,0 | 7,0 |
| Colonião | 1 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| Eucalipto | 4 | 0,4 | 0,9 | 1,0 | 3,4 |
| Banana | 1 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Alfafa | 1 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Capim-napier (ou capim-elefante) | 1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Outras florestais | 1 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 |
| Milho safra | 1 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA



6.1 Agricultura familiar

O Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE a cada dez anos, investiga os estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas, obtendo informações detalhadas sobre as características do produtor e do estabelecimento, bem como sobre a economia e o emprego no meio rural, no que diz respeito à agricultura, pecuária e agroindústria.

6.2 Renda e vulnerabilidade

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

É o principal instrumento para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizada obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais.

Podem se inscrever no Cadastro Único:

- Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa;
- Famílias com renda mensal total de até três salários mínimos; ou
- Famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

No município de IBIRAREMA (SP), o total de famílias inscritas no Cadastro Único em 2020 é de 1.670, o que corresponde a 3.761 pessoas, com renda familiar:

- até R\$ 85,00 por pessoa: 883 famílias;
- entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa: 56 famílias;
- entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo por pessoa: 301 famílias;
- acima de meio salário por pessoa: 430 famílias.

O quadro abaixo apresenta o número de famílias do Município pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) inseridas no Cadastro Único em 2020:

| Famílias GPTEs | Nº famílias |
|--|-------------|
| Indígenas | 00 |
| Quilombolas | 00 |
| Ciganas | 09 |
| Pertencentes a comunidades de terreiro | 00 |
| Extrativistas | 00 |
| Pescadores artesanais | 00 |
| Ribeirinhas | 00 |
| Agricultores familiares | 00 |
| Assentadas | 00 |



| | |
|---|-----------|
| Beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário | 00 |
| Acampadas | 00 |
| Atingidas por empreendimentos de infraestrutura | 00 |
| Com pessoa presa no sistema carcerário | 21 |
| Em situação de rua | 00 |
| TOTAL | 30 |
| <i>Fonte: Cadastro Único/MDS (2020)</i> | |

6.3 Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional (MapaINSAN)

O MapaINSAN é um estudo, elaborado pelo MDSA em 2014, que consiste na realização do mapeamento das famílias incluídas no Cadastro Único nas quais ainda persiste a insegurança alimentar e nutricional, considerando o índice de desnutrição de crianças menores de cinco anos acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).

Para classificação dos municípios foi utilizado o método estatístico denominado “análise de cluster ou análise de agrupamentos”, cujo objetivo foi reunir os municípios em grupos, a partir dos índices de déficit de altura para idade e déficit de peso para idade das crianças beneficiárias do PBF menores de cinco anos, onde cada grupo possui um perfil significativamente homogêneo dentro dele e significativamente heterogêneo entre si.

Assim, foram classificados como vulneráveis (em três níveis: muito alta, alta e média vulnerabilidade) apenas os municípios com média de déficit de altura para idade igual ou superior à média para o Brasil em 2014, ou seja, 10,1%. Os municípios com média até 13,1% foram classificados como de média vulnerabilidade; os com média de até 20%, como de alta vulnerabilidade; e os com média superior a 32,2%, como de muito alta vulnerabilidade. Os municípios com média abaixo de 10,1% foram excluídos da análise.

De acordo com o MapaINSAN, cujo ano de referência é 2014, o município possui média de déficit de altura para idade das crianças beneficiárias do PBF menores de cinco anos abaixo de 10,1% e, por esse motivo, não entrou na análise de vulnerabilidade.

Importante destacar que os cortes para classificação dos níveis de vulnerabilidade para os GPTEs são outros, quais sejam: os municípios com média até 15,7% foram classificados como de média vulnerabilidade; os com média de até 25,6%, como de alta vulnerabilidade; e os com média superior a 48%, como de muito alta vulnerabilidade. Os municípios com média abaixo de 10,1% foram excluídos da análise.

Dessa forma, se restringirmos a análise às famílias pertencentes aos GPTEs, o município possui média de déficit de altura para idade das crianças beneficiárias do PBF menores de cinco anos abaixo de 12,7% e, por esse motivo, não entrou na análise de vulnerabilidade.

6.4 Saúde: vigilância nutricional e estatística vital

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) – Sistema de Gestão do Bolsa Família

A vigilância nutricional é realizada com o emprego do método antropométrico, aplicável em todas as fases dos ciclos de vida, baseada na mensuração de: 1) variações físicas e; 2) composição corporal global, permitindo a classificação de indivíduos e grupos segundo seu estado nutricional. De tal forma, diagnósticos individuais podem ser agregados permitindo diagnósticos de coletivos e o perfil nutricional de grupos populacionais. Os dois principais objetivos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) são:



- Monitorar a situação nutricional de grupos populacionais (por ciclos de vida) de acordo com características definidas (como raça/cor, escolaridade, público beneficiário do Programa Bolsa Família).
- Subsidiar ações para a promoção da saúde e alimentação saudável, prevenção e controle de agravos nutricionais.

No Brasil a média de déficit de altura para idade e de peso para idade em menores de cinco anos é de 6,7% e 1,8%, respectivamente, segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS 2006). A seguir são apresentados os dados das crianças menores de 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas nas condicionalidades de saúde pelo SISVAN no município:

| Indicador | % |
|--|------|
| Déficit de altura para idade em crianças menores de 5 anos | 0,00 |
| Déficit de peso para idade em crianças menores de 5 anos | 0,00 |
| Crianças menores de 5 anos com sobrepeso | 0,00 |
| Crianças menores de 5 anos com obesidade | 0,00 |

Fonte: SISVAN/MS (2015)

6.5 Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

O SIM foi criado pelo DATASUS para a captação de dados sobre mortalidade, de forma regular e abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área. A seguir são apresentados os dados de óbitos de crianças menores de um ano de idade, relevante indicador para a Segurança Alimentar e Nutricional:

| Indicador | Dados |
|--|-------|
| Óbitos infantis (menores de um ano de idade) | 0 |

Fonte: DATASUS/MS (2014)

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

Estruturação do SISAN no município

O Decreto Federal nº 7.272/2010 institui que poderão aderir ao SISAN os municípios que preencherem os seguintes requisitos:

- I. instituir um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais;
- II. instituir uma Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de segurança alimentar e nutricional; e
- III. estabelecer compromisso, no ato da adesão de SISAN, de elaborar um plano municipal de segurança alimentar e nutricional, tendo como prazo e período de 1 ano após o referido ato. Segundo dados coletados no Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Mapa SAN), o Município apresenta a seguinte estruturação do SISAN:
 - As ações de segurança alimentar e nutricional são coordenadas pelo Departamento Municipal de Assistência Social.
 - Possui Lei Municipal de SAN (ou Lei Orgânica de SAN/LOSAN).



- Possui Câmara Interstorial/Intersecretarial de SAN (Caisan Municipal).
- Possui Conselho Municipal de SAN (COMSEA).

6.6 Programas e ações segundo as diretrizes da Política Nacional de SAN

Políticas de promoção do acesso universal à alimentação

Programa Bolsa Família (PBF)

O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Todos os meses as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Podem fazer parte do Programa:

- Todas as famílias com renda de até R\$ 85 mensais por pessoa;
- Famílias com renda média entre R\$ 85,01 e R\$ 170 mensais por pessoa, desde que tenham, em sua composição, crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Em junho de 2020, o total de famílias beneficiárias do PBF no município de Ibirarema (SP), era de 64, o que corresponde a um valor total repassado no mês de R\$ 143.932,00.

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

O BPC é um benefício individual, não vitalício e intransferível. Instituído pela Constituição Federal de 1988, o benefício garante a transferência de 1 (um) salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família. Para ter direito ao benefício, o solicitante precisa comprovar que a renda mensal por pessoa da família é inferior a ½ do salário mínimo.

Segue tabela com o nº de beneficiários do BPC no município de IBIRAREMA (SP):

| Indicador | Dados |
|-----------------------------|--------------|
| Idosos beneficiários BPC | 64 |
| Pessoas com deficiência BPC | 74 |

Fonte: PMC (2020)

Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos.

A seguir são apresentados os equipamentos públicos presentes no Município:

| Equipamento público | Quantidade |
|--|-------------------|
| Banco de alimentos | 0 |
| Cozinhas comunitárias | 0 |
| Restaurantes populares | 0 |
| Unidades de apoio à distribuição da agricultura familiar | 0 |
| Feiras livres | 0 |



| | |
|--|---|
| Feiras livres que comercializam exclusivamente alimentos orgânicos e/ou agroecológicos | 0 |
| Quitandas ou sacolões públicos | 0 |
| Mercados públicos ou populares | 0 |

Fonte: PMC (2020)

Agricultura urbana

Agricultura urbana é um conceito multidimensional, que inclui a produção, transformação e prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno porte) voltados ao autoconsumo ou comercialização, aproveitando-se de forma eficiente e sustentável dos recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

54

Doações de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA, instituído em 2003 pelo governo federal, tem como objetivo a compra de alimentos da agricultura familiar pelo poder público e a sua posterior doação à população em insegurança alimentar e nutricional, por meio da rede socioassistencial, de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e da rede pública e filantrópica de ensino.

O PPA não atua no município de Ibirarema (SP).

Políticas de incentivo à produção e à comercialização da agricultura familiar

O fortalecimento da agricultura familiar é uma das estratégias previstas para a promoção da alimentação adequada e saudável. Nos últimos anos, diversas políticas de fortalecimento desse setor foram implementadas pelo Governo Federal, como as de crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, proteção da produção e da renda, acesso à água e inclusão produtiva rural. Seguem dados da execução de algumas delas no Município.

Agricultura familiar no PNAE

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.947/2009, no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, com dispensa de licitação.

O município de IBIRAREMA (SP), possui Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) instituído pela Lei Municipal nº 1.248/2000.

No mínimo, 30% dos recursos destinados a alimentação escolar por meio do PNAE são gastos produtos da agricultura familiar. A municipalidade utiliza 100% do recurso do PNAE na agricultura familiar, no valor aproximado de R\$ 30 mil, sendo que o município compra dos agricultores carne bovina.

| Indicador | Dados |
|---|---------------|
| Percentual na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF | 100 % |
| Valores das aquisições de gêneros alimentícios diretamente da AF | R\$ 30.000,00 |

Fonte: PMI (2021)



Promoção da produção orgânica e agroecológica

Não há dados sobre a produção orgânica e agroecológica em IBIRAREMA (SP). Visto que não possuímos agricultores habilitados nessa modalidade.

Associações e entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem trabalhos junto à comunidade de Ibirarema, visando uma melhoria na alimentação

Na Educação, todas as Escolas Municipais e Estaduais possuem a Associação de Pais e Mestres (APM), que busca a participação dos pais nas decisões que afetarão a comunidade escolar disponibilizando suas instalações para serem utilizadas pela comunidade.

O município possui o profissional de Nutrição que acompanha a compra dos alimentos, até a manipulação e seu fornecimento aos alunos desde a pré-escola até o último ano do ensino médio. A profissional de nutrição, além de desenvolver suas atividades em âmbito escolar acompanha o PAA – compra direta, faz controle de estoque / controla a limpeza e resto de alimentos. Realiza planejamento de cardápio, teste de aceitabilidade.

A participação popular se faz presente por meio da formação de diferentes Conselhos Municipais: da Assistência Social, da Educação, do Meio Ambiente, dos Direitos da Criança e Adolescentes, da Saúde e de Desenvolvimento Rural Sustentável formados por representantes do poder público e sociedade civil organizada.

A Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo abordado sobre a insegurança alimentar ao qual a comunidade está exposta e como um trabalho preventivo, conscientizar a comunidade sobre o que vem a ser comida de verdade, evitando os alimentos processados e ultra processados.

Produtores rurais de Ibirarema (SP).

A produção de alimentos pelos produtores de IBIRAREMA (SP), sendo que a nossa base de produção nos dá uma pequena soberania na produção de alimentos. Porém falta algumas ações que viabilizaria e aumentaria a produção como acompanhamento técnico. Hoje o município não possui técnico para orientar os pequenos produtores.



7 INDICADORES DE MONITORAMENTO

As reuniões e oficinas realizadas definiram os passos mais amplos como estratégias e ações, tendo restado a elaboração de indicadores e metas para construção por meio CONDEMA, visando ampliar a participação da sociedade civil no âmbito do PMSEA.

O monitoramento vai acompanhar as estratégias e ações estabelecidas, além de metas e um sistema de indicadores e formas de medição, a serem definidos. Esses indicadores serão concebidos para dar conhecimento à evolução e ao acompanhamento da implementação das ações previstas no PMSEA.

Nesse item apresentamos a matriz de indicadores de monitoramento para as ações de SAN, propostas no atual Plano Paulista de SAN. Os indicadores estão distribuídos dentro dos nove desafios propostos no PMSEA, nas dimensões que mensuram o Produto/Processo e Contexto/Resultado.

7.1 Indicadores de produto/processo a serem monitorados no PMSEA

| Desafio | Indicadores de produto / processo a serem monitorados no PMSEA | Fonte | PPA |
|--|---|--|-----|
| 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional | 1. Número de famílias que recebem PBF (com desagregação para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos) | MDS Plataforma SAGI | |
| | 2. Percentual (%) de famílias beneficiárias do PBF acompanhadas na atenção básica de saúde | MDS Plataforma SAGI | |
| | 3. Número de pessoas que recebem o BPC | MDS Plataforma SAGI | |
| | 4. Número de estudantes atendidos pelo PNAE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) | |
| | 5. Número de estudantes quilombolas atendidos pelo PNAE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) | |
| | 6. Número de estudantes indígenas atendidos pelo PNAE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) | |
| | 7. Percentual (%) de origem de agricultura orgânica para o alimento escolar | | |
| | 8. Número de famílias com crianças e idosos atendidos pela Viva Leite | | |
| | 9. Número de refeições servidas no bom prato | | |
| 2. Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais | 1. % de crianças menores de sete anos beneficiárias do PBF com registro de dados nutricionais | SISVAN | |



| | | | |
|---|---|--|--|
| específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural | 2. Percentual (%) de crianças indígenas menores de sete anos beneficiárias do PBF com registro de dados nutricionais | SISVAN | |
| | 3. Percentual (%) de crianças quilombolas menores de sete anos beneficiárias do PBF com registro de dados nutricionais | SISVAN | |
| | 4. Número de reservas indígenas constituídas | SISVAN | |
| | 5. Número de reservas indígenas delimitadas | SISVAN | |
| | 6. Número de hectares titulados em benefício de comunidades quilombolas | SISVAN | |
| | 7. Percentual (%) de crianças indígenas menores de cinco anos acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional | SISVAN | |
| | 8. Número de sistemas de abastecimento de água em aldeias reformados e/ou ampliados | | |
| | 9. Número de sistemas de abastecimento de água implantados em aldeias com população acima de 50 habitantes | | |
| | 10. Termos de autorização de uso sustentável cadastrados entregues às famílias ribeirinhas | | |
| | 11. Indicadores para população quilombola – entidades específicas | | |
| | 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica | 1. Número de famílias da AF atendidas com ATER | MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios |
| 2. Número de jovens rurais atendidos com ATER específica | | MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| 3. Percentual (%) das ações de ATER destinado às mulheres | | MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| 4. Número de famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas atendidas com ATER qualificada | | MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |



| | | | |
|---|---|--|--|
| | 5. Número de agricultores familiares atendidos com o Seguro da Agricultura Familiar SEAF | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 6. Número de famílias assentadas pelo INCRA e ITESP | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 7. Número de famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) atendidas com ATER de base agroecológica | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 8. Número de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de ensino de educação profissional e superior ampliados | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 9. Número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 10. Número de famílias atendidas com políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 11. Percentual (%) de mulheres atendidas no total de operações de crédito efetivadas do PRONAF | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 12. Percentual (%) dos novos lotes da reforma agrária destinados para a juventude rural | MDA – Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios | |
| | 13. Número de agricultores familiares no estado reconhecidos oficialmente | | |
| 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável | 1. Valor total das compras públicas da Agricultura Familiar por ano | Relatório INTERSSAN Governo Federal/ Portal de Compras – Agricultura Familiar | |
| | 2. Percentual (%) do total de recurso do PNAE destinado à compra de gêneros alimentícios da AF | FNDE | |
| | 3. Percentual (%) de recursos financeiros transferidos pelo PNAE adquiridos da Agricultura Familiar | FNDE/PNAE – Dados da Agricultura Familiar | |
| | 4. Consulta – CEAGESP/CEASA produção comercializada | CONAB | |



| | | | |
|---|--|--|--|
| | 5. POLÍTICA DE PREÇO MÍNIMO Indicador = somatório do volume aplicado nos instrumentos (AGF, COV, Pep, Pepr, Vendas e VEP) / somatório do volume nacional dos produtos. <i>Obs.: Indicador será medido apenas na Principal UF de produção</i> | Consulta especial ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | |
| | 6. Número de equipamentos públicos de SAN | Relatórios CONSEA | |
| 5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias | 1. Percentual (%) de redução do consumo do grupo de refrigerante e suco artificial em pó | IBGE –SIDRA-PDF | |
| | 2. Percentual (%) de aumento do consumo do grupo de frutas e hortaliças | IBGE –SIDRA-PDF | |
| | 3. Número de Unidades Básicas de Saúde com a Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar implementada | Não disponibiliza relatório público. Fazer contato com tutora da Estratégia Amamenta Brasil do estado de São Paulo | |
| | 4. Número de educandos cobertos pelo PSE (Programa de Saúde Escolar) | Ministério da Saúde Departamento Atenção Básica e-SUS | |
| | 5. Número de escolas apoiadas pelo PSE que executam ações de Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e combate à obesidade infantil, por ano | Ministério da Saúde Departamento Atenção Básica e-SUS | |
| 6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação | 1. Grau de implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade | Atenção Básica do Município | |
| | 2. Municípios que implantaram LC Obesidade | Atenção Básica do Estado e Município | |
| | 3. Número de crianças que receberam suplementação de Ferro | NutriSUS Micronutrientes –Fe | |
| | 4. Número de crianças que recebem suplementação de Vitamina A | NutriSUS Micronutrientes – Vitamina A | |
| 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para | 1. Água - percentual de domicílios com cobertura de água na área rural | IBGE; PNAD | |



| | | | |
|---|--|---|--|
| a população, em especial a população pobre no meio rural | 2. Hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes conservadas e recuperadas. | Relatórios SMA | |
| | 3. Ações de saneamento básico em comunidades rurais e tradicionais implementadas | Planos de Bacia e Relatórios de Situação de Recursos Hídricos | |
| | 4. Ações de abastecimento de água em domicílios rurais dispersos implementadas | Planos de Bacia e Relatórios de Situação de Recursos Hídricos | |
| | 5. Esgotamento em zona rural, cobertura SMA | Relatórios SIMA | |
| 8. Consolidar a implementação do SISAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social | 1. Número de municípios aderidos | CONSEA Estadual | |
| | 2. CONSEA municipal em funcionamento | CONSEA Estadual | |
| | 3. Grau de implementação dos Mecanismos de financiamento para a gestão do SISAN estabelecidos | CONSEA Estadual | |
| | 4. Estratégias de formação continuada em SAN e DHAA implantadas | CONSEA Estadual | |
| | 5. Fluxo de exigibilidade para a garantia do DHAA estabelecido | CONSEA Estadual | |
| 9. Apoiar iniciativas de promoção da soberania, da SAN, do DHAA e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional | Pontuar tipos de apoio que o Brasil manifestou em acordos internacionais para o recebimento de refugiados, apátridos, etc. | Conselho Nacional de Refugiados – CONARE | |
| | Número de Refugiados recebidos em Ibirarema (SP) | Conselho Nacional de Refugiados – CONARE | |

Obs. Referente aos DDS para o desafio 2

Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos.

Proporção da população adulta total, por sexo e por tipo de mandato, com direitos seguros de posse da terra, que tem documentação legalmente reconhecida relativa a este.

7.2 Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN

| Desafio | Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN | ODS | Fonte | PPA |
|--|---|---|--|-----|
| 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional | 1. Evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza (urbano/rural, gênero, raça/cor) | Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, desagregada por sexo e idade Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as | Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil SEADE SEADE SEADE | |



| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | idades que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais Hiato de pobreza ou nível de severidade da pobreza (% da distância da renda média dos pobres em relação à linha da pobreza). Parcela da renda apropriada pelos 20% mais pobres | | |
| | 2. Evolução do Índice de GINI (urbano/rural, grandes regiões, gênero, raça/cor) | Índice de GINI da renda domiciliar total | SEADE | |
| | 3. Evolução do rendimento médio domiciliar per capita (urbano/rural, gênero, raça/cor) | Proporção de pessoas, total e por sexo e faixa etária com renda domiciliar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo Proporção de pessoas, total e por sexo e faixa etária com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 do salário mínimo | SEADE SEADE | |
| | 4. Participação percentual da despesa monetária e não monetária com alimentação (quintis de rendimento, urbano/rural, grandes regiões, gênero, raça/cor) | | | |
| | 5. Custo da Cesta Básica de Alimentos no Estado e no município | | Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) | |
| | 6. Peso do Grupo Alimentação e Bebidas (dentro e fora do domicílio) no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – percentual acumulado no ano | | IPCA | |
| | 7. Peso do Grupo Alimentação e Bebidas (dentro e fora do domicílio) no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - percentual acumulado no ano. 8. % de municípios paulistas distribuídos nos 4 grupos de IPRS | | INPC SEADE | |



| | | | | |
|--|--|---|---|--|
| | | 1.3.1 Proporção da população abrangida por níveis mínimos ou sistemas de proteção social, desagregados por sexo, distinguindo entre crianças, desempregados, idosos, pessoas com deficiência, gestantes, recém-nascidos, vítimas de acidentes de trabalho e os grupos pobres e vulneráveis. Proporção de ocupados de 14 anos e mais, que recebem menos de 1 salário mínimo de renda do trabalho. | | |
| | | Proporção da despesa pública total em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social). | | |
| 2. Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural | 1. Evolução do déficit de peso para idade de crianças quilombolas de zero a cinco anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família | | SISVAN Relatório Estado Nutricional | |
| | 2. Evolução do déficit de peso para idade de crianças indígenas de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família | | SISVAN Relatório Estado Nutricional | |
| 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica | 1. Comercialização anual de agrotóxicos e afins, por área plantada | | MINISTÉRIO AGRICULTURA – ADEF | |
| | 2. Número de produtores orgânicos certificados no município | | Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos | |
| | 3. Área ocupada pela agricultura familiar em relação à área total de produção | | | |
| | 4. Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e produção de alimentos | | Censo Agropecuário – IBGE | |
| | 5. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários | | Censo Agropecuário – IBGE | |



| | | | | |
|---|--|---|---|--|
| | 7. Número de produtores de orgânicos cadastrados | | MAPA – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos | |
| | 8. Produção de alimentos pela agricultura familiar | | Censo Agrícola – IBGE | |
| | | Volume de produção por unidade de trabalho de acordo com o tamanho da empresa agrícola / pastoral / silvicultura | SEADE Construir o indicador a partir de informações o IBGE, em especial as edições do Censo Agropecuário, que tem um intervalo de dez anos | |
| | | Rendimento médio dos pequenos produtores de alimentos, desagregado por sexo e status indígena | Construir o Neste ponto dá para construir indicadores a partir de informações o IBGE, em especial as edições do Censo Agropecuária, que tem um intervalo de dez anos | |
| 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável | | Proporção da área agrícola em que é praticada agricultura produtiva e sustentável. % de municípios com plano de desenvolvimento rural sustentável e implantado. | SEADE | |
| | | Índice de orientação agrícola para despesas públicas | SEADE – O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (sua assessoria econômica) costuma fazer este levantamento para o Brasil, através da análise das rubricas orçamentárias. É possível fazer algo semelhante para o orçamento (função agricultura e função organização agrária) | |
| | | 2. Fluxos oficiais totais (assistência oficial ao desenvolvimento mais outros fluxos oficiais) para o setor agrícola | SEADE – O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (sua assessoria econômica) costuma fazer este levantamento para o Brasil, através da análise das rubricas orçamentárias. É possível fazer algo semelhante para o orçamento (função agricultura e função organização agrária) | |
| | 3. Indicador de instabilidade nos | | SEADE | |



| | | pregos dos alimentos | | |
|---|---|----------------------|--|--|
| 5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias | 1. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana | | SISVAN | |
| | 2. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem alimentos doces em cinco ou mais dias da semana | | PDF SISVAN | |
| | 3. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem refrigerantes em cinco ou mais dias da semana | | PDF SISVAN | |
| | 4. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consideram seu consumo de sal alto ou muito alto | | PDF SISVAN | |
| | 5. Percentual (%) de micronutrientes no total de calorias na alimentação domiciliar | | PDF | |
| | 6. Disponibilidade de alimentos no domicílio – Quantidades adquiridas de alimentos para consumo no domicílio | | PDF | |
| | 7. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, que costumam comer a comida oferecida pela escola, por sexo e dependência administrativa da escola | | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE) | |
| | 8. Número de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e percentual, em escolas que informaram possuir horta, por dependência administrativa da escola | | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE) | |
| | 9. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por consumo alimentar (feijão, legumes, frutas frescas, salgados fritos, guloseimas, refrigerantes e industrializados) na última semana, segundo o alimento consumido | | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE) | |
| | 10. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de legumes e/ou verduras, nos 7 dias anteriores à pesquisa | | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE) | |



| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | 11. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de frutas frescas, nos sete dias anteriores à pesquisa | | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE) | |
| | 12. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de salgados fritos, nos sete dias anteriores à pesquisa | | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE) | |
| | 13. Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e percentual, em escolas que informaram possuir água potável (adequada para beber), por dependência administrativa da escola | | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE (IBGE) | |
| 6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação. | 1. Percentual (%) crianças menores de cinco anos, com magreza acentuada e magreza, segundo IMC para idade. Percentual (%) crianças menores de cinco anos, com magreza acentuada e magreza segundo Peso para Altura | Prevalência de desnutrição Prevalência de desnutrição (peso por altura, desvio padrão > +2 ou 2 da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS) entre crianças menores de cinco anos. | PNDIS / SISVAN | |
| | 2. Percentual (%) crianças menores de cinco anos, com Altura Muito Baixa para a Idade e altura baixa para idade, segundo Altura para Idade | 2.2.1 Prevalência do retardo do crescimento [altura-a-idade, desvio padrão <-2 da mediana dos padrões de crescimento da criança da Organização Mundial de Saúde (OMS)] | PNDIS / SISVAN | |
| | 3. Percentual (%) crianças menores de cinco anos com Peso Elevado para a Idade, segundo Peso para idade | | PNDIS / SISVAN | |
| | 4. Percentual (%) crianças menores de cinco anos em excesso de peso e obesidade, segundo IMC para Idade | | PNDIS / SISVAN | |
| | 5. Percentual (%) adolescentes em sobrepeso, segundo IMC para Idade | | PNS / SISVAN | |
| | 6. Percentual (%) adolescentes em obesidade | | PNS / SISVAN | |



| | | | | |
|---|--|---|--|--|
| | e obesidade grave, segundo IMC para Idade | | | |
| | 7. Percentual (%) adultos com excesso de peso, segundo IMC | | PNS / SISVAN | |
| | 8. Percentual (%) de adultos com obesidade, segundo IMC | | PNS / SISVAN | |
| | 9. Aleitamento materno | | Fazer contato com tutora da Estratégia Amamenta Brasil do estado de São Paulo | |
| | 10. Número de cirurgias bariátricas realizadas no município | | Ministério da Saúde DATASUS SIHSUS | |
| | | Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população, de acordo com a Escala de Experiência em Insegurança Alimentar | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil | |
| 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural | 1. Percentual (%) de domicílios dotados de esgotamento sanitário por rede de esgoto ou fossa séptica no total de domicílios particulares permanentes | | IBGE PNAD | |
| | 2. Percentual (%) de tratamento do esgoto | | Informação Estadual/ Municipal | |
| 8. Consolidar a implementação do SISAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social. | 1. Número de municípios que realizaram Conferências de SAN | | Relatório CONSEA Estadual | |
| | 2. Número de municípios que consolidaram o PMSEA | | Relatório CONSEA Estadual | |
| | 3. Nº de denúncias procedência de negligência em alimentação recebidas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos a cada ano | | Rede de ouvidoria no estado de SP | |
| 9. Apoiar a iniciativas de promoção da soberania, da SAN, do DHAA e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional | | | | |



7.3 Estratégias de monitoramento do PMSEA 2020-2023

A execução do PMSEA será monitorada pela CAISAN Municipal e COMSEA com apoio especial do Departamento Municipal de Meio Ambiente.

A CAISAN Municipal tem a competência de estabelecer estratégias e um cronograma das ações de monitoramento e avaliação dos objetivos e metas do Plano Paulista, a partir de relatórios de atividades e de avaliações normativas. Os Departamentos Municipais que compõem a CAISAN farão relatórios sucintos de atividades, a cada semestre, com indicação proporcional da execução das metas e planos de trabalho.

Em 2021 a CAISAN Municipal acompanhará os Departamentos Municipais na elaboração do PPA e revisão do PMSEA 2020-2023 para os ajustes que se fizerem necessários. Após os ajustes, o PMSEA será submetido à apreciação do COMSEA. Em 2023, será elaborado um relatório analítico de dois anos da execução do PMSEA 2020-2023. No ano de 2024 a CAISAN irá trabalhar na elaboração do PMSEA II, já recolhendo subsídios para a avaliação crítica final do PMSEA 2020-2023 que será publicada em 2024 junto com o PMSEA II.

Ao COMSEA compete o monitoramento do PMSEA nos territórios, cabendo aos conselheiros levantar as pautas que se façam necessárias as discussões nas plenárias do CONSEA/SP relativas aos programas e ações de SAN. O COMSEA deverá estabelecer as estratégias de monitoramento, solicitando quando for o caso, os relatórios de atividades e das avaliações. Esses relatórios deverão ser apreciados pela plenária.

O Departamento de Meio Ambiente será responsável pelo monitoramento físico da execução das metas, o que será feito a partir de um sistema específico.



8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PMSEA DE IBIRAREMA (SP)

| ATIVIDADES | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional | | | | | | | | | |
| 2. Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural | | | | | | | | | |
| 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica | | | | | | | | | |
| 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável | | | | | | | | | |
| 5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias | | | | | | | | | |
| 6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação | | | | | | | | | |
| 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural | | | | | | | | | |
| 8. Consolidar a implementação do SISAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social | | | | | | | | | |
| 9. Apoiar iniciativas de promoção da soberania, da SAN, do DHAA e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional | | | | | | | | | |
| Revisão anual das metas propostas | | | | | | | | | |

Ibirarema (SP), 2021.



Espera-se que as ações propostas neste Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PMSEA) para o município de IBIRAREMA (SP), discutido e aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), nesta data, alcance sua implementação em todo território municipal.

Município de IBIRAREMA (SP), 12 de abril de 2021.

JOSÉ BENEDITO CAMACHO

Prefeito

69

ROBERTO LEANDRO COMOTE

Diretor de Meio Ambiente

ROMILDO VALENTIM PINTO

Diretor de Agricultura e Abastecimento

JACKSON ALMIR DOS SANTOS

Diretor de Saúde e Assistência Social

Adm. ALLAN OLIVEIRA TÁCITO

Especialista em Gestão Ambiental

CRA-SP 148.327 | IBAMA-CTF 5672771

TÁCITO CONSULTORIA AMBIENTAL E TURÍSTICA

CRA-SP 023.016 | CTF IBAMA 7377813





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal nº 11.346/2006.**

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Decreto Federal nº 7.272/2012.** Regulamenta a Lei Federal nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisnan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília: Caisan, 2011b. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

LEÃO, Marília (Org.). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: ABRANDH; MDS, 2013. 263 p. LEÃO, Marília; MALUF, Renato S. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH e OXFAM, 2012. 72 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Alerta: 312 cidades têm baixa cobertura vacinal da pólio.** Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43797-ministerio-da-saude-alerta-para-baixascoberturas-vacinais-para-polio>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 11.346/2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

SÃO PAULO. **Diagnóstico Paulista sobre Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional: ações prioritárias na perspectiva econômica.** Disponível em: <http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/arquivos/diagnostico-paulista-consea-iea.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise dos dados.** Disponível em <http://www.perfil.seade.gov.br/>. Acessado em 27 mar. 2020.